

# Estudo

## **PESSOAS COM DEFICIÊNCIA (PCD) E MERCADO DE TRABALHO NO DISTRITO FEDERAL: UMA ANÁLISE DOS DADOS DA RAIS, PDAD, PED E DO IBGE**

**PESSOAS COM DEFICIÊNCIA (PCD)  
E MERCADO DE TRABALHO  
NO DISTRITO FEDERAL:  
UMA ANÁLISE DOS DADOS DA  
RAIS, PDAD, PED E DO IBGE**

Brasília-DF, setembro de 2021

**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL**

**Ibaneis Rocha**

Governador

**Paco Britto**

Vice-Governador

**SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA DO DISTRITO FEDERAL**

**André Clemente Lara de Oliveira**

Secretário

**COMPANHIA DE PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL - CODEPLAN**

**Jeansley Lima**

Presidente

**Sônia Gontijo Chagas Gonzaga**

Diretora Administrativa e Financeira

**Renata Florentino de Faria Santos**

Diretora de Estudos Urbanos e Ambientais

**Daienne Amaral Machado**

Diretora de Estudos e Políticas Sociais

**Clarissa Jahns Schlabit**

Diretora de Estudos e Pesquisas Socioeconômicas

## **EQUIPE RESPONSÁVEL**

### **DIRETORIA DE ESTUDOS E POLÍTICAS SOCIAIS - DIPOS/Codeplan**

- Daienne Amaral Machado - Diretora

### **Gerência de Estudos e Análises Transversais - GEAT/DIPOS/Codeplan**

- Tatiana Lemos Sandim - Gerente

### **Elaboração do estudo**

---

- Tatiana Lemos Sandim - Gerente de Pesquisas
- Francisca de Fátima de Araújo Lucena - Pesquisadora
- Mônica Oliveira Marques França - Pesquisadora
- Pedro Jorge Holanda Alves - Pesquisador
- Isabela Harumi Lopes Motoki - Estagiária
- Tamara Talita Rodrigues Dias - Estagiária

### **Revisão Técnica**

---

- Daienne Amaral Machado - Diretora
- Gustavo Saraiva Frio - Gerente de Pesquisas
- Tatiana Lemos Sandim – Gerente de Pesquisas

---

### **Revisão e copidesque**

Eliane Menezes

### **Editoração Eletrônica**

Maurício Suda

## RESUMO

Este estudo analisa o perfil sociodemográfico, a situação de saúde e a caracterização do subgrupo de pessoas com deficiência inseridas no mercado de trabalho no Distrito Federal. Para as análises foram utilizados os dados do Censo Demográfico de 2010, Pesquisa Nacional de Saúde de 2013 (PNS), Relação Anual de Informações Sociais entre 2010 e 2018 (RAIS), Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) de 2018 e da Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios de 2018 (PDAD). Para avaliar os resultados foram selecionadas variáveis como: número de pessoas com deficiência (PcD) por sexo, grupos de idades, raça/cor, nível de escolaridade, renda e ocupação. Também foi utilizado um modelo não linear de probabilidade para entender quais são as chances de uma pessoa com deficiência se inserir no mercado de trabalho formal. Analisando a inserção no mercado de trabalho, os dados da PED mostram que mais da metade das pessoas com deficiência com empregos formais são do sexo masculino (55,3%) e de cor negra (64,2%). Os dados da PDAD 2018 indicam que cerca de 30,9% das PcD trabalhavam e declararam possuir uma renda média de R\$ 3.036,82. Os dados da RAIS mostram que mais da metade das empresas do Distrito Federal não cumpriram a cota de contratação de pessoas com deficiência, ainda que tenha havido um aumento no número de empresas que cumpriram com a cota entre 2010 e 2018. Os resultados do modelo de regressão probabilística indicam que pessoas com deficiência possuem 33% a menos de chance de estar empregado, em comparação com pessoas sem deficiência. Analisando as chances por tipo de deficiência, os resultados mostram que pessoas com deficiência mental possuem maior dificuldade de inserção no mercado de trabalho (-62%), enquanto os deficientes físicos têm a menor barreira à entrada no mercado de trabalho (-18%).

**Palavras-chave:** Pessoas com deficiência; Mercado de trabalho; Distrito Federal.

# SUMÁRIO

## RESUMO

1. INTRODUÇÃO.....	9
2. CONTEXTUALIZAÇÃO .....	12
3. METODOLOGIA .....	14
3.1. Apresentação das bases de dados .....	14
3.1.1. Censo Demográfico 2010 (IBGE).....	14
3.1.2. Pesquisa Nacional de Saúde (PNS) .....	15
3.1.3. Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) .....	15
3.1.4. Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) .....	15
3.1.5. Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios (PDAD).....	16
3.1.6. Análise Econométrica .....	16
4. RESULTADOS.....	19
4.1. Censo Demográfico 2010 (IBGE).....	19
4.2. Pesquisa Nacional de Saúde, PNS 2013 - Ministério da Saúde (MS) .....	21
4.3. Registro Anual de Informações Sociais (RAIS) - SMT .....	23
4.3.1. Perfil das empresas que empregam pessoas com deficiência .....	23
4.3.2. Análise do perfil dos empregados com deficiência com trabalho formal... ..	25
4.4. Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) .....	28
4.4.1. Dieese e Codeplan .....	28
4.5. Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios (PDAD). Codeplan, 2018.....	32
4.6. Fatores associados às pessoas empregadas/desempregadas.....	35
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	38
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	40

## 1. INTRODUÇÃO

Este estudo tem como objetivo discutir e analisar os principais dados disponíveis sobre as pessoas com deficiência (PcD) e sua inserção no mercado de trabalho no Distrito Federal (DF). As análises apresentadas referem-se a perfil sociodemográfico, situação de saúde e caracterização do subgrupo de pessoas com deficiência inserido no emprego formal no Distrito Federal.

A inserção no mercado de trabalho de pessoas com deficiência tem-se mostrado um tema cada vez mais relevante, sendo amplamente debatido e estudado pela literatura do tema (JONES, 2016, CASTRO *et al.*, 2019; MAIA, GARCIA, 2019). A Convenção nº 159 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), realizada em 20 de junho de 1985, marcou oficialmente a demanda legal pela inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho (VACARO e PEDROSO, 2011). Em 2018, esse tema foi pauta do Grupo dos 20 (G20) e passou a ser considerada uma das metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) para a Agenda 2030, na Meta 8.5: “Até 2030, alcançar o emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todas as mulheres e homens, inclusive para os jovens e as pessoas com deficiência, e remuneração igual para trabalho de igual valor” (IPEA, 2018). À medida que o tema ganhou relevância, aumentou-se a necessidade de dados confiáveis para conhecer a extensão da exclusão das pessoas com deficiência do mercado de trabalho e monitorar avanços.

No Brasil, a primeira lei federal que dispôs sobre integração social e apoio às pessoas com deficiência foi a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, regulamentada pelo Decreto nº 3.298, de 24 de outubro de 1999 (MAIOR, 2015). Posteriormente, a Lei Orgânica de Assistência Social (Lei Federal nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993) previu o pagamento de um benefício mensal às pessoas idosas e às PcD que possuem renda domiciliar *per capita* inferior a  $\frac{1}{4}$  de salário mínimo, sob a forma de um benefício conhecido como o Benefício da Prestação Continuada (BPC).

O principal marco normativo sobre inserção de PcD no mercado de trabalho é a Lei Federal nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que regulamenta os benefícios da previdência social. Em seu artigo 93, a Lei estabelece que toda empresa com cem ou mais empregados deve preencher uma parcela de sua força de trabalho com pessoas com deficiência ou em processo de reabilitação social e profissional. Essa lei, comumente chamada de “Lei de Cotas”, prevê proporções de contratação que variam de acordo com o número de funcionários na empresa conforme disposto no Quadro 1.

**Quadro 1** - Cota prevista para contratação de PcD e reabilitados

Portes	Faixas de empregados/as	Percentuais de contratação de PcD
1ª	De 100 até 200 funcionários	2%
2ª	De 201 a 500 funcionários	3%
3ª	De 501 a 1000 funcionários	4%
4ª	De 1001 em diante funcionários	5%

Fonte: Lei nº 8.213/1991

Elaboração: DIPOS/Codeplan.

Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS) (2012), a proporção de deficientes com carteira assinada é relativamente baixa em muitos países e alcança, por exemplo, apenas 30% das pessoas com deficiência na África do Sul e apenas 38% no Japão. Casos excepcionais são os da Suíça e Malawi, com proporções elevadas de deficientes com carteira assinada (81% e 92%, respectivamente). De acordo com dados do antigo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), em 2010, de um total de 44,1 milhões de brasileiros com vínculos empregatícios declarados no Brasil, 306 mil declararam ter algum tipo de deficiência física, auditiva, visual, mental ou múltipla. Esse número representava 0,7% do total de empregados à época.

Neste estudo, as análises focalizam o Distrito Federal, mas quando possível e pertinente são apresentadas comparações em relação ao Brasil. Nos casos em que havia dados disponíveis para mais de um período, foram realizadas também comparações ao longo do tempo. Para apresentação dos resultados, foram selecionadas algumas variáveis, como: número de pessoas com deficiência (PcD) por sexo, grupos de idades, raça/cor, nível de escolaridade, renda e ocupação. Também foram observados aspectos relacionados ao cumprimento da chamada “Lei de Cotas” no Distrito Federal para as empresas com mais de cem empregados.

É preciso chamar atenção para o fato de que diferentes bases de dados utilizaram, por vezes, diferentes denominações para o mesmo evento. Neste estudo, optou-se por preservar as descrições originais de cada fonte de dados e, sempre que necessário, inserir uma nota explicativa sobre o conceito empregado. A seção sobre a metodologia detalha os procedimentos adotados, após uma breve explicação sobre as bases de dados e a descrição dos critérios utilizados para a formação do grupo de pessoas com deficiência (PcD).

As informações do perfil demográfico descrito no Censo 2010 mostram que, no ano da pesquisa, 138.356 pessoas no Distrito Federal declararam ter deficiência (5,4% da população total). Os dados da PNS 2013 mostram que o maior percentual de PcD no DF possui 60 anos ou mais (34,5%) e que têm, em sua maioria, uma deficiência física (52,9% do grupo). No Distrito Federal, entre as crianças e adolescentes entre zero e 19 anos, os dados da PNS 2013 mostram que cerca de 17,2% tinham deficiência (28,3% deles tinham deficiência intelectual e 22,9% física).

De acordo com as informações da PDAD 2018, cerca de 30,9% das PcD no DF trabalhavam (o que representa 43.205 pessoas), e a renda média declarada foi de R\$ 3.036,82. Entre esses ocupados, 25,1% declararam trabalhar por conta própria e 6,0%, como empregados domésticos. Mais da metade deles (51,8%) gastava de 15 a 30 minutos para chegar no trabalho. Ainda de acordo com os dados da PDAD 2018, 4,8% da população do Distrito Federal declarou possuir alguma deficiência; a deficiência visual foi a mais reportada (2,7%), seguida da motora (1,5%).

Os resultados da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) 2018 mostram que 32,3% das pessoas com deficiência estavam empregadas naquele ano. Dessas, mais da metade era do sexo masculino (55,3%) e de cor negra (64,2%). Entre as pessoas que possuem pós-graduação e com deficiência, 32,3% encontravam-se empregadas, enquanto 7,83% das PcD analfabetas estavam empregadas. Os dados da PED para aquele ano também indicaram que 10,4% das pessoas com deficiência trabalhavam em empresas que possuíam CNPJ ou MEI e 0,04% declarou estar em regime de trabalho remoto.

Os dados da pesquisa Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) mostram que, entre 2010 e 2018, houve um aumento no número de empresas que cumpriram a cota de contratação de pessoas com deficiência no Distrito Federal. Entretanto, mesmo sendo uma imposição legal, mais da metade das empresas do DF ainda não cumprem a cota. As



disparidades entre os percentuais de empresas que cumprem e não cumprem as cotas são maiores em empresas de 3<sup>o</sup> e 4<sup>o</sup> porte e menor em empresas de 1<sup>o</sup> porte.

A partir de um modelo de regressão probabilística, o estudo encontrou que pessoas com deficiência no Distrito Federal possuem 33% menos chances de estarem empregadas em comparação com pessoas sem nenhum tipo de deficiência. Os resultados também indicaram que o grupo de pessoas com deficiência mental é o grupo (entre os tipos de deficiência) que possui maior dificuldade de inserção no mercado de trabalho (62% a menos de chance de estar empregado) no DF, enquanto o de deficientes físicos é o grupo mais inserido no mercado de trabalho distrital (18% a menos de chance de estar empregado).

Este estudo conta com cinco seções, contando com esta introdução. A seção seguinte será destinada à revisão da literatura, seguida pela seção de metodologia, com apresentação das bases de dados, limitações, indicadores utilizados para a realização desta pesquisa, os tratamentos aplicados e o modelo econométrico *probit*. A quarta seção apresenta as análises realizadas com dados do Censo Demográfico, PNS, RAIS, PED, PDAD. Por último, a seção de considerações finais traz algumas recomendações encontradas na literatura e as limitações encontradas neste estudo.

## 2. CONTEXTUALIZAÇÃO

Governos de diversos países vêm buscando adotar medidas de inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho (THOMASI *et al.*, 2018). Tais políticas despertam os interesses da literatura em explorar as implicações nos diversos aspectos socioeconômicos. No Brasil, a principal ação de inclusão das PcD foi implementada com a Lei nº 8.213/1991, que determinou a contratação de pessoas com deficiência e impôs multa administrativa para empresas de médio e grande porte que não atingissem o percentual de contratação de empregados/as com deficiência.

Em um estudo sobre países da Europa, avaliou-se a capacidade de políticas públicas para reduzir as desvantagens das pessoas com deficiência no mercado de trabalho (JONES, 2016). O levantamento não encontrou evidências de que a legislação antidiscriminação tenha melhorado os resultados do mercado de trabalho para as PcD, evidenciando a dificuldade e a complexidade dos desafios das políticas nesse campo. Além disso, a autora destacou a importância de compreender quais são as desvantagens enfrentadas pelas pessoas com deficiência com diferentes tipos de deficiência no mercado de trabalho para atuar sobre essas dificuldades de inserção e evitar a baixa produtividade dos que conseguem ser inseridos.

Na Alemanha, foram avaliados os efeitos da cota mínima obrigatória de PcD (LECHNER e VAZQUEZ-ALVAREZ, 2003). De acordo com a legislação do país, as empresas devem ter no mínimo 6% da capacidade empregada por pessoas com alguma deficiência. Nesse artigo, foi estimado o impacto da situação de deficiência em três resultados diferentes (trabalhar versus não trabalhar, renda anual do trabalho e renda disponível familiar *per capita*). Os resultados sugerem que as pessoas sem deficiência têm 9,6% mais chances de estar trabalhando em relação às pessoas com deficiência. As pessoas com deficiência ganham menos (cerca de 16%) e possuem uma renda *per capita* de 1% a 5% menor do que a população total.

No Brasil, explorando a empregabilidade das pessoas com deficiência utilizando o modelo *Probit*<sup>1</sup> e a base dos Censos Demográficos de 2000 e 2010, também foi encontrada uma probabilidade menor das PcD estarem inseridas no mercado de trabalho (THOMASI *et al.*, 2018). As evidências indicam que os deficientes visuais e auditivos são os que apresentam menor restrição para inserção no mercado de trabalho formal, principalmente aqueles na faixa dos 18 aos 49 anos. Trabalhadores com 50 anos ou mais apresentaram maior probabilidade de inserção por conta própria (autônomos). Além dessas evidências, os autores encontraram que possuir algum tipo de benefício de seguridade social reduz a probabilidade de a pessoa com deficiência estar inserida no mercado de trabalho formal. No caso do Benefício de Prestação Continuada (BPC), a formalização do mercado de trabalho implica aumento da renda por pessoa do grupo familiar que, conseqüentemente, invalida o beneficiário de receber o auxílio.

Em outro estudo comparativo entre os dados dos Censos Demográficos Brasileiros de 2000 e 2010, avaliou-se a efetividade da aplicação das cotas de contratação de PcD observando as taxas de emprego e médias salariais entre pessoas com e sem deficiência (MAIA e GARCIA, 2019). As autoras separaram as pessoas com níveis mais elevados<sup>2</sup>

---

<sup>1</sup> Modelo de regressão probabilístico não linear.

<sup>2</sup> Pessoas gravemente incapacitadas.

daquelas com níveis medianos<sup>3</sup> de deficiência em dois grupos distintos e compararam com um grupo de pessoas sem deficiência. As análises foram classificadas em grupos de fatores observáveis (relacionadas ao aspecto socioeconômico do indivíduo) e não observáveis (discriminação e dificuldades sociais), além de controlar a amostragem pelo viés de seletividade.<sup>4</sup> Os resultados indicaram que, no período estudado, havia 23% menos mulheres com deficiência no mercado de trabalho em comparação com os homens que, a partir dos 40 anos, torna-se mais difícil de serem contratados(as). No geral, as PcD tinham um perfil de pessoas de maior vulnerabilidade social e possuíam as piores condições de ascensão e empregabilidade.

Também foram avaliadas as características das pessoas com deficiência inseridas no mercado formal das empresas privadas do interior paulista (LORENZO e SILVA, 2017). Os resultados desse estudo indicaram que a escolarização é imprescindível às pessoas com deficiência na conquista do emprego e que parte das empresas desconhece a melhor forma de inclusão profissional desse segmento. Com isso, o estudo aponta para a necessidade de ações integradas capazes de beneficiar tanto os trabalhadores como as empresas.

Um estudo semelhante, focalizado na microrregião de Uberaba (Minas Gerais) entre 2014 e 2015, encontrou dificuldade no acesso à informação sobre vagas destinadas às PcD (DUTRA *et al.*, 2020). Os autores coletaram informações sobre 87 vagas de emprego para pessoas com deficiência em anúncios de vagas oferecidas por agências de emprego ou publicadas na mídia (classificados). Eles mostraram que a maioria das vagas não disponibiliza informações importantes relacionadas às exigências para as vagas como escolaridade ou experiência no mercado de trabalho. Concluíram que, entre as vagas que continham informações, grande parte requeria menor exigência de escolaridade, baixa qualificação técnico-profissional e oferecia baixa remuneração.

Outro estudo utilizando os dados da Pesquisa Nacional de Saúde (PNS) de 2013 propôs responder questões relacionadas às PcD no Brasil, como as características socioeconômicas e os fatores determinantes da diferença salarial desse grupo<sup>5</sup> (CASTRO *et al.*, 2019). Os resultados indicaram que homens com deficiência recebiam salários menores que os homens sem deficiência. Essa diferença salarial é maior de acordo com a gravidade da deficiência.

De acordo com os autores, fatores relacionados à discriminação e aos efeitos negativos da deficiência em relação à produtividade são as principais causas das diferenças salariais. Além disso, observou-se que aumentos na escolaridade ocasionavam ganhos de salário maiores para as PcD em relação a pessoas sem deficiências, e que pessoas com deficiências intelectuais têm maiores desvantagens nas oportunidades de inserção no mercado de trabalho em relação a pessoas com outros tipos de deficiência.

No geral, a literatura mostra que ainda há demanda por mais evidências sobre a acessibilidade das PcD no mercado de trabalho. Os estudos indicam que, no Brasil, as pessoas com deficiência têm menor chance de estarem empregadas, mas apontam a necessidade de maiores evidências.

---

<sup>3</sup> Pessoas com deficiência moderada.

<sup>4</sup> O viés de seletividade nesse caso seria qualquer tipo de discriminação na decisão de empregar uma pessoa com deficiência. Nesse caso, o viés de seletividade tende a ser maior nos grupos com menos problemas sérios de deficiência, reduzindo a real diferença de não deficientes e deficientes.

<sup>5</sup> Para as análises, os autores utilizaram um modelo de regressão Tobit e a decomposição de diferença salarial aplicando a técnica de Oaxaca-Blinder.

### 3. METODOLOGIA

Este estudo utilizou cinco bases de dados que contêm registros sobre PcD e permitiram realizar análises de perfil sociodemográfico e empregabilidade no Distrito Federal. As bases utilizadas foram: Censo Demográfico, RAIS, PNS, PED e a PDAD, e o Quadro 2, abaixo, apresenta as principais características das bases de dados utilizadas.

**Quadro 2** - Características descritivas das bases de dados

Base de dados	Foco da análise	Desagregação	Anos analisados	Fonte
Censo Demográfico	Quantitativo de PcD por tipo de deficiência e perfil sociodemográfico	Distrito Federal	2010	IBGE
RAIS	Quantitativo de PcD inseridas no mercado de trabalho formal por tipo deficiência e perfil sociodemográfico	Distrito Federal e Brasil	2018	SMT
PED	Quantitativo de PcD por tipo deficiência com 14 anos e mais e perfil sociodemográfico	Grupos de RA do DF por faixa de renda	2018	Dieese/Codeplan
PDAD	Quantitativo de PcD por tipo deficiência e perfil sociodemográfico	Grupos de RA do DF por faixas de renda	2018	Codeplan
PNS	Quantitativo de PcD por tipo deficiência e perfil sociodemográfico	Distrito Federal	2013	Ministério da Saúde

Elaboração: DIPOS/Codeplan.

Nota: Secretaria do Ministério do Trabalho (SMT). Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. (Dieese).

Com os dados extraídos dessas bases, foi possível retratar características sociais, econômicas e demográficas das pessoas com deficiência, aspectos relacionados à saúde, emprego, idade, sexo, cor, renda, entre outros. Para todas as análises feitas, foram considerados os grupos de cor separando entre negros e não negros, em que os negros representam indivíduos que se autodeclararam de cor parda ou preta e os não negros são os indivíduos autodeclarados brancos, asiáticos ou índios.

#### 3.1. Apresentação das bases de dados

##### 3.1.1. Censo Demográfico 2010 (IBGE)

O Censo Demográfico no Brasil é uma pesquisa domiciliar cujo objetivo é contar os habitantes do território nacional e traçar um panorama social, econômico e demográfico da população brasileira. Devido ao elevado custo de implementação, o Censo está previsto para ser realizado de dez em dez anos, contemplando perguntas sobre as condições de vida da população em todos os municípios do país. A pesquisa, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), é a principal fonte de dados sobre a população, com uma ampla variedade de usos para estudos e políticas públicas. A partir dos dados coletados, o IBGE calcula índices e indicadores como estimativas populacionais, taxas de natalidade, fecundidade e mortalidade, além de contemplar outros aspectos como o tipo e as condições das habitações e trabalho, o nível de instrução e até o rendimento da população.

Nesta análise, foram utilizados dados do Censo Demográfico de 2010 sobre pessoas com deficiência no Distrito Federal. Ao considerar o mercado de trabalho, o Censo de 2010 coletou informações sobre pessoas com dez anos ou mais.

### **3.1.2. Pesquisa Nacional de Saúde (PNS)**

A Pesquisa Nacional de Saúde (PNS) é uma pesquisa domiciliar, de abrangência nacional e realizada pelo Ministério da Saúde em parceria com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A PNS não tem regularidade definida e foi realizada nos anos de 2013 e 2018. O objetivo da pesquisa é caracterizar a situação de saúde e os estilos de vida da população brasileira. A pesquisa inclui informações como atenção à saúde, acesso e uso de bens e serviços de saúde, atitudes preventivas dos indivíduos e financiamentos domiciliares para a saúde.

Seu questionário é dividido em três partes: as duas primeiras são respondidas por uma pessoa do domicílio e relacionadas às características do domicílio e à situação sócio-econômica dos moradores. A terceira parte é individual e foca em questões de morbidade e estilo de vida. Nessa última parte, são feitas perguntas sobre peso, altura, pressão arterial, exames laboratoriais, nível de glicemia, entre outras, para cada um dos moradores do domicílio.

Em 2013, a PNS abrangeu 80.000 domicílios, amostra grande o suficiente para tornar a pesquisa representativa para aspectos ou grupos mais específicos, como as pessoas com deficiência. Nesse estudo, foram utilizados os dados para o Distrito Federal.

### **3.1.3. Relação Anual de Informações Sociais (RAIS)**

Nessa base de dados, o Ministério do Trabalho e Emprego<sup>6</sup> disponibiliza informações cadastrais de todas as empresas cadastradas no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) e de todos os empregados inseridos formalmente no mercado de trabalho por meio de um contrato com carteira de trabalho assinada. Essa base serve para controlar questões fiscais, como o recolhimento do imposto de renda e outros devidos pelas empresas e é alimentada por todas as empresas, obrigadas pelo Governo Federal a declarar informações sobre suas firmas e seus respectivos empregados. A base de dados da RAIS é a principal fonte de informação para verificar o cumprimento das metas estabelecidas pela chamada Lei de Cotas, estabelecida no Art. 93 da Lei nº 8.213/91.

### **3.1.4. Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED)**

A PED é um levantamento mensal domiciliar coordenado pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) sobre realidade sócio-econômica da população em situação de emprego e desemprego nas principais Regiões Metropolitanas (RM) do país. Atualmente é realizada apenas no Distrito Federal e permite o cálculo de indicadores relacionados ao mercado de trabalho como ocupação, desocupação, desemprego, média salarial, e relacionados a atributos pessoais como sexo, idade, raça/cor, deficiências, posição no domicílio, escolaridade, entre outros.

O levantamento é realizado por meio de entrevistas em unidades domiciliares selecionadas a partir de uma amostra probabilística, cujo tamanho amostral mínimo é alcançado em três meses. O questionário é aplicado para todos os moradores que possuem 14 anos ou mais e, em média, a PED-DF visita mensalmente cerca de 2.500 domicílios. Para

---

<sup>6</sup> Antes vinculado ao Ministério da Economia.

a definição do subgrupo de PcD, foi utilizada a informação constante na ficha de entrevista da PED, na pergunta “Pessoa com deficiência?” (variável C070).

Ainda que a PED esteja em constante atualização, neste estudo, foram analisados os dados referentes ao ano de 2018. A escolha se justifica por ser o mesmo ano em que os dados da PDAD mais recente foram coletados, o que propicia uma interlocução entre os resultados de ambas as pesquisas tornando as análises metodologicamente mais adequadas. A PED do Distrito Federal, com o intuito de explorar a heterogeneidades regionais do território, realiza a divulgação dos seus estudos em quatro grupos de Regiões Administrativas (RAs), classificadas de acordo com o padrão médio de rendimento de cada Região Administrativa. As análises deste estudo serão apresentadas usando essa mesma organização do território, com os resultados em grupos, conforme apresentado no Quadro 3 (CODEPLAN, 2018).

**Quadro 3** - Especificações do grupo de renda da PED, Distrito Federal, 2018

Classificação de renda	Regiões Administrativas	População total estimada em 2018	Renda Domiciliar média	Grupo
<b>Alta</b>	Plano Piloto, Jardim Botânico, Lago Norte, Lago Sul, Park Way e Sudoeste/Octogonal	384.913	R\$ 15.622,00	1
<b>Média-alta</b>	Águas Claras, Candangolândia, Cruzeiro, Gama, Guará, Núcleo Bandeirante, Sobradinho, Sobradinho II, Taguatinga e Vicente Pires	916.651	R\$ 7.266,00	2
<b>Média-baixa</b>	Brazlândia, Ceilândia, Planaltina, Riacho Fundo, Riacho Fundo II, SIA, Samambaia, Santa Maria e São Sebastião	1.269.601	R\$ 3.101,00	3
<b>Baixa</b>	Fercal, Itapoã, Paranoá, Recanto das Emas, SCIA-Estrutural e Varjão	310.689	R\$ 2.472,00	4

Fonte: Codeplan, Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios (PDAD 2018)  
Elaboração: DIPOS/Codeplan.

### 3.1.5. Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios (PDAD)

A Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios (PDAD) é uma pesquisa domiciliar urbana, com previsão de realização a cada dois anos pela Companhia de Planejamento do Distrito Federal (Codeplan). Nesta pesquisa, foram investigados aspectos demográficos, condições socioeconômicas, situações de trabalho e renda, entre outras informações da população brasileira. Em 2018, a PDAD foi a campo entrevistando 21.908 domicílios localizados na área urbana do Distrito Federal. A amostra da pesquisa permite, para parte importante das informações coletadas, resultados representativos para cada uma das Regiões Administrativas do Distrito Federal. Para o grupo de pessoas com deficiência, contudo, os dados da PDAD são representativos quando analisados para todo o território e para os grupos de Região Administrativa utilizados na Pesquisa de Emprego e Desemprego.

### 3.1.6. Análise Econométrica

A realização de análises econométricas com microdados da PDAD possibilitou estimar a probabilidade das pessoas com deficiência se inserirem no mercado de trabalho no Distrito Federal. Para isso, foi criada uma variável dependente binária, atribuída da seguinte maneira:

$$\begin{cases} Y = 1 : \text{Pessoas que declararam estar empregadas na semana de referência, e} \\ Y = 0 : \text{Para as pessoas desempregadas.} \end{cases}$$

Como nesse caso a variável de empregabilidade do indivíduo é representada por um indicador binário (1 ou 0), então interpreta-se qual a razão de chances da pessoa com deficiência (PcD) estar inserida no mercado de trabalho. Considerou-se qualquer pessoa com deficiência que, na semana de referência em que foi aplicado o questionário da PDAD, declararam ter:

- Alguma ou grande dificuldade de enxergar;
- Alguma ou grande dificuldade de ouvir;
- Alguma ou grande dificuldade de caminhar ou subir degraus;
- Ter alguma deficiência mental/intelectual permanente.

Como mostram Thomasi *et al.* (2018), o método usual para estimar a probabilidade de inserção das pessoas com deficiência no mercado de trabalho são os modelos não lineares, como o *probit*, *logit*, *probit* bivariado ou *logit* multinomial. No caso deste trabalho, a probabilidade de uma pessoa estar empregada pode ser representada da seguinte forma:

$$p_i = \phi(x\beta)$$

Em que  $p_i$  é a probabilidade de ocorrência de  $y_i$ ,  $\phi$  representa a função de distribuição normal e  $x\beta$  representa o conjunto de variáveis capazes de explicar a probabilidade de inserção no mercado de trabalho. Por hipótese, a probabilidade de ocorrer  $y_i = 1$  é representada por  $\phi(x\beta)$ , enquanto a probabilidade contrária é o seu complementar  $1 - \phi(x\beta)$ . A probabilidade completa da amostra é:

$$L(x; \beta) = \prod_{i \in \{i: y_i=1\}} \phi(x_i\beta) \prod_{i \in \{i: y_i=0\}} [1 - \phi(x_i\beta)]$$

Em que  $L(x; \beta)$  é a função de Máxima Verossimilhança. Aplicando o logaritmo natural na função de Verossimilhança é possível reescrever a função da seguinte forma:

$$\ln L(y|x; \beta) = \sum_{i=1}^N (y_i(\phi(x_i\beta)) + (1 - y_i)[1 - \phi(x_i\beta)])$$

A derivada desta função encontra o estimador do *probit*, que também é o estimador de Máxima Verossimilhança

$$\frac{\partial \ln L}{\partial \beta} = \sum_i^n \frac{-\phi(x_i\beta)}{1 - \Phi(x_i\beta)} x_i + \sum_i^n \frac{\phi(x_i\beta)}{\Phi(x_i\beta)} x_i$$

em que  $\phi = \frac{\partial \phi(x\beta)}{\partial \beta}$ .

Na análise dos resultados, o coeficiente permite interpretar a direção do resultado, mas não a magnitude. Por isso, foram calculadas as razões de chances, que representam a chance de um evento ocorrer em um grupo e a chance de ocorrer em outro grupo. É importante destacar que a razão não se trata de probabilidade, e sim de chances. Se a razão de chances for igual a um, significa que não há diferença de chances entre os grupos; se for maior que um, significa que, no grupo alocado no numerador, há maiores chances de ocorrer o evento, enquanto menor que um representa chances menores para este mesmo grupo.

As significâncias estatísticas dos coeficientes foram interpretadas a partir do p-valor. P-valores abaixo de 1%, 5% ou 10% (nível de significância) indicam que há diferença entre os grupos (nesse caso, entre pessoas com e sem deficiência). O Intervalo de Confiança (IC) representa o intervalo do parâmetro que pode variar a amostra. No caso desta análise, o IC foi representado a um nível de 5% de significância estatística.



## 4. RESULTADOS

### 4.1. Censo Demográfico 2010 (IBGE)

Com os dados do Censo Demográfico, foi possível analisar o perfil sociodemográfico, aspectos da mobilidade urbana e os rendimentos do grupo de pessoas com deficiência (PcD) para o ano de 2010.

A Tabela 1 apresenta a distribuição das pessoas com deficiência por tipo de deficiência (visual, auditiva, motora ou intelectual) por faixa etária, sexo, raça/cor, estado civil, nível de formação e posição no domicílio. Os dados mostram que, em 2010, o Distrito Federal possuía 138.356 pessoas com deficiência. Esse contingente populacional representava 5,38% da população total. Observando por tipo de deficiência, nota-se maior concentração de pessoas com deficiência visual grave ou gravíssima, com 74.483 pessoas (43,7%). Em seguida, estão as pessoas com deficiência motora com 45.521 (26,7%), deficiência intelectual com 28.035 (16,5%) e a deficiência auditiva 22.356 (13,1%).

Na distribuição por sexo, o feminino era maioria (58,4%), o que equivalia a um número absoluto de 80.759 mulheres. Quando distribuídas por tipo de deficiência, as mulheres eram a maior proporção nas deficiências visuais e motoras, enquanto os homens, nas deficiências auditivas e intelectuais. Em 2010, 56,2% do total da população residente no Distrito Federal (1.444.478) era de cor negra (preta ou parda) e 43,8%, de pessoas não negras (branca, amarela e indígena), o equivalente a 1.124.828. A distribuição de PcD por raça/cor observada no Distrito Federal naquele ano evidenciava uma maior prevalência (58,2% ou 80.537 pessoas) de PcD negras. Esse total de PcD representava 5,6% do total da população negra residente no DF à época. A população não negra participou com 41,8% (57.819 pessoas), ou seja, 5,1% do total da população não negra.

Quando desagregada a população com deficiência por grupos de idades, os dados apontam que as deficiências eram mais concentradas entre os adultos (30 a 59 anos) e idosos (60 anos e mais). Em relação ao tipo da deficiência, observa-se que pessoas com idades de 30 a 59 tiveram maior incidência nas deficiências visual, auditiva e intelectual em relação aos demais grupos, com proporções de 49,9%, 43,5% e 42,3%, respectivamente. Entre as pessoas com mais de 60 anos, as deficiências motoras tiveram maior incidência (48,1%). Entre as crianças (zero a 11 anos), os quatro tipos de deficiências (visual, auditiva, motora e intelectual) com maior incidência foram deficiências intelectual e auditiva, com 12,2% e 4,8% respectivamente. Entre os adolescentes e jovens, a maior prevalência de deficiências intelectual e visual com 25,8% e 19,6%.

Predominam os solteiros entre a população com deficiência (42,8% ou 59.272 pessoas), seguidos pelos casados com 32,8% (45.402 pessoas) e os viúvos com 11,9% (16.496 pessoas). Quanto ao nível de escolaridade, quase dois terços do total de PcD no Distrito Federal possuíam o ensino fundamental incompleto, seguido do ensino médio com 17,8%, ensino fundamental completo com 14,0% e o nível superior teve participação percentual de 8,9%.

O Censo Demográfico de 2010 contabilizou que 42,6% da população com deficiência no Distrito Federal era chefe de domicílio e, na sequência, eram filho/a, irmã/o, neto/a bisneto/a com 26,5% e 20,0%, cônjuges.

**Tabela 1** - Caracterização das pessoas com deficiência (PCD) do Censo Demográfico. Distrito Federal, 2010

Caracterização		Tipos de Deficiências				
		Alguma deficiência	Deficiência Visual	Deficiência Auditiva	Deficiência Motora	Deficiência Intelectual
<b>Total de Pessoas</b>		<b>138.356</b>	<b>74.483</b>	<b>22.356</b>	<b>45.521</b>	<b>28.035</b>
Sexo	Feminino	80.759	46.187	11.001	27.161	13.343
	Masculino	57.597	28.296	11.355	15.360	14.692
Idade	Criança (zero a 11 anos)	8.319	3.279	1.081	1.746	3.407
	Adolescente (12 a 29 anos)	25.465	14.579	3.720	3.485	7.233
	Adulto (30 a 59 anos)	64.650	37.161	9.731	16.850	11.867
	Idoso (Mais de 60 anos)	39.922	19.464	7.824	20.440	5.528
Cor/ Raça	Amarela	2.322	1.369	218	866	325
	Branca	54.939	29.186	9.665	16.812	10.702
	Indígena	558	228	63	127	259
	Parda	66.998	36.330	10.698	19.962	14.043
	Preta	13.539	7.370	1.712	4.754	2.706
	Negra	80.537	43.700	12.410	24.716	16.749
	Não negra	57.819	30.783	9.946	17.805	11.286
Estado Civil	Casado	45.402	26.471	8.645	14.467	4.846
	Separado/Divorciado	11.323	6.226	1.608	3.975	1.900
	Viúvo	16.496	8.835	2.808	8.974	1.928
	Solteiro	59.272	30.864	8.529	13.632	16.918
	Menores de 10 anos	5.863	2.087	766	1.473	2.443
Nível de Instrução	Não têm/Fund. Incompleto	81.650	41.177	12.733	28.070	20.491
	Ensino fundamental	19.387	11.481	3.025	4.942	2.657
	Ensino médio	24.587	14.328	4.322	6.562	3.422
	Ensino superior	11.865	7.004	2.103	2.735	1.323
	Não determinado	867	493	173	212	142
Posição no domicílio	Responsável pelo domicílio	58.960	34.184	9.745	21.274	6.376
	Cônjuge	27.709	17.102	4.286	7.929	3.218
	Filho/irmão/neto/bisneto	36.630	16.468	4.752	6.573	14.783
	Genro/nora/sogro	2.328	1.090	723	1.028	349
	Pai/mãe/avô/avó	7.949	3.693	1.700	4.431	1.588
	Pensionista/Ind. em coletivo	1.025	474	164	178	466
	Empregado doméstico	230	131	42	57	0
	Outros	3.525	1.341	944	1.051	1.255

Fonte: IBGE, 2010

Elaboração: DIPOS/Codeplan.

A Tabela 2 mostra o perfil das pessoas com deficiência segundo informações de trabalho, rendimento e mobilidade urbana no ano de 2010. Do total de pessoas acima de dez anos de idade, 41,4% estavam ocupadas, enquanto a maioria (58,6%) não tinha ocupação. A situação de ocupação daqueles que estavam trabalhando à época era: 43% possuíam carteira assinada, 21,3% trabalhavam por conta própria, 19,7%, sem carteira assinada e 10,7% eram militares ou funcionários públicos. Entre os ocupados, as pessoas com deficiência visual eram maioria (56,6%). Esse grupo é seguido pelo de pessoas com deficiência motora com 19,8% e, na sequência, de pessoas com deficiência auditiva 15,3%.

A mobilidade urbana é entendida como o tempo gasto de casa ao trabalho das pessoas com idades acima de 10 anos. No Distrito Federal, em 2010, 38,9% das PcD gastavam cerca de seis a 30 minutos e 31,3% de 30 minutos a uma hora. A declaração do tempo de até cinco minutos foi de 7,0% e para aquelas que gastavam mais de duas horas com a mobilidade foi de 2,6%.

Quanto aos rendimentos, observa-se que as pessoas com deficiência em 2010 tinham uma renda média domiciliar *per capita* de R\$ 1.262,35. Entretanto, quando a renda é desagregada em salários mínimos, 62.027 pessoas (44,8%) recebiam menos de um salário mínimo por mês. Os rendimentos de três a cinco salários mínimos eram recebidos por 49.139 pessoas, representando 35,5% e o rendimento acima de cinco salários mínimos foi declarado por 15.565 pessoas (11,2%). Vale ressaltar que do total de PcD que tinham renda acima de cinco salários mínimos, 41,2 % eram deficientes auditivos e 27,3%, pessoas com deficiência motora.

**Tabela 2** - Caracterização das pessoas com deficiência (PcD) segundo informações de trabalho e rendimento do Censo Demográfico. Distrito Federal, 2010

Caracterização		Tipos de deficiência				
		Alguma deficiência	Deficiência Visual	Deficiência Auditiva	Deficiência Motora	Deficiência Intelectual
<b>Total de pessoas</b>		<b>138.356</b>	<b>74.483</b>	<b>22.356</b>	<b>45.521</b>	<b>28.035</b>
Situação de ocupação	Ocupada	54.795	35.139	9.520	12.281	5.096
	Não ocupada	77.697	37.257	12.070	28.767	20.496
	Menores de 10 anos	5.863	2.087	766	1.473	2.443
Posição na ocupação	Empregado c/ carteira assinada	23.576	15.786	4.235	4.921	1.656
	Militar e funcionário público	5.870	3.343	1.316	1.481	386
	Empregado s/ carteira assinada	10.814	7.383	1.347	2.214	1.256
	Conta própria	11.668	7.307	2.090	2.781	1.069
	Empregadores	898	595	265	209	92
	Não remunerados	954	294	129	324	352
	Produz para próprio consumo	1.015	430	137	349	286
	Branco	83.560	39.344	12.836	30.241	22.939
Mobilidade (Tempo gasto da casa ao trabalho)	Até cinco minutos	2.619	1.725	339	682	250
	De seis a 30 minutos	14.542	9.167	2.854	3.020	962
	De 30 minutos a 1 hora	11.701	7.744	2.013	2.323	1.051
	De uma hora a duas horas	7.527	4.969	1.246	1.728	634
	Mais de duas horas	973	655	252	237	115
	Branco + não retorna diariamente	100.994	50.222	15.652	34.530	25.024
Rendimento	Renda domiciliar <i>per capita</i>	R\$ 1.262,35	R\$ 1219,98	R\$ 1.342,00	R\$ 1.282,00	R\$ 1.091,46
Renda domiciliar <i>per capita</i> por salário mínimo	Menos de um salário mínimo	62.027	34.209	9.377	17.592	13.814
	De um a três salários mínimos	49.139	26.927	8.015	16.573	8.633
	De três a cinco salários mínimos	10.585	5.359	1.918	3.197	2.262
	Mais de cinco salários mínimos	15.565	7.514	2.868	4.981	2.859

Fonte: IBGE, 2010  
Elaboração: DIPOS/Codeplan.

## 4.2. Pesquisa Nacional de Saúde, PNS 2013 - Ministério da Saúde (MS)

Para a seleção do subgrupo de PcD, foi considerada a indicação de deficiência pelos entrevistados quando possuíam limites moderados, intensos ou não conseguiam realizar

atividades, podendo ser atividades relacionadas a visão, audição ou atividades físicas ou mentais.

A Pesquisa Nacional de Saúde (PNS) computou em 2013 cerca de 19.726 pessoas com alguma deficiência no Distrito Federal. Desse total, os homens eram maioria (50,5%). Quando distribuídos os tipos de deficiência por sexo, os homens eram maioria na deficiência intelectual (56,9%), auditiva (51,6%) e visual (52,3%), enquanto a deficiência física era proporcionalmente maior para as mulheres com 56,4%.

Quanto aos grupos etários (Tabela 3), o maior percentual de PcD é de idosas, com 60 anos ou mais (34,5%) que têm, majoritariamente, uma deficiência física (52,9% do grupo). Esse grupo etário é seguido pelo de 40 a 49 anos com participação de 19,2% e, na sequência, o grupo de pessoas de 20 a 29 anos com 15,5%. Em ambos os grupos, a deficiência intelectual representa 23,4% e 14,5% do total de PcD, respectivamente. Crianças e adolescentes (zero a 13 e 14 a 19 anos) juntos apresentam percentual relevante (17,2%), com destaque para a prevalência das deficiências intelectual (28,3%) e física (22,9%).

Com relação à cor/raça, observa-se a predominância dos negros (pretos e pardos) (52,9%) entre a população com deficiência. Quanto ao estado civil, 54,5% são solteiros, 25,75% são casados, 14,0%, viúvos e 5,9% são separados ou divorciados. A escolaridade das pessoas com alguma deficiência era de 41,8% para as PcD sem instrução, 14,0%, com ensino fundamental incompleto, 22,3%, com ensino médio completo, 3,3% e 8,1%, com ensino superior incompleto e completo, respectivamente.

**Tabela 3** - Distribuição das pessoas com deficiência por sexo, faixa etária, raça/cor, escolaridade e estado civil por tipo de deficiência. Distrito Federal, 2013 (Continua)

Caracterização		Deficiência									
		Alguma		Intelectual		Física		Auditiva		Visual	
		Total	%	Total	%	Total	%	Total	%	Total	%
<b>DF</b>		<b>19.726</b>	<b>100,0</b>	<b>8.373</b>	<b>100,0</b>	<b>6.812</b>	<b>100,0</b>	<b>3.405</b>	<b>100,0</b>	<b>2.621</b>	<b>100,0</b>
Sexo	Masculino	9.962	50,5	4.766	56,9	2.969	43,6	1.756	51,6	1.371	52,3
	Feminino	9.764	49,5	3.608	43,1	3.843	56,4	1.649	48,4	1.250	47,7
Faixa etária	Zero a 13 anos	1.984	10,1	1.523	18,2	1.001	14,7	0	0,0	0	0,0
	14 a 19 anos	1.402	7,1	844	10,1	558	8,2	0	0,0	0	0,0
	20 a 29 anos	3.066	15,5	1.957	23,4	0	0,0	766	22,5	343	13,1
	30 a 39 anos	360	1,8	360	4,3	0	0,0	360	10,6	0	0,0
	40 a 49 anos	3.792	19,2	1.211	14,5	1.161	17,0	445	13,1	975	37,2
	50 a 59 anos	2.326	11,8	956	11,4	491	7,2	0	0,0	879	33,5
	60 a 69 anos	1.621	8,2	1.045	12,5	1.162	17,1	0	0,0	0	0,0
	70 a 79 anos	3.370	17,1	477	5,7	1.058	15,5	1.835	53,9	0	0,0
80 anos e mais	1.805	9,1	0	0,0	1.380	20,3	0	0,0	425	16,2	
Raça/ cor	Negra	10.429	52,9	4.753	56,8	3.502	51,4	1.396	41,0	1.318	50,3
	Não negra	9.297	47,1	3.621	43,2	3.310	48,6	2.010	59,0	1.303	49,7
	NS	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Estado civil	Casado	4.709	25,7	425	5,7	2.047	35,2	1.840	54,0	396	15,1
	Separado	531	2,9	531	7,2	0	0,0	0	0,0	0	0,0
	Divorciado	547	3,0	547	7,4	0	0,0	0	0,0	0	0,0
	Viúvo	2.556	14,0	0	0,0	1.649	28,4	0	0,0	907	34,6
	Solteiro	9.972	54,5	5.921	79,8	2.116	36,4	1.565	46,0	1.318	50,3

**Tabela 3** - Distribuição das pessoas com deficiência por sexo, faixa etária, raça/cor, escolaridade e estado civil por tipo de deficiência. Distrito Federal, 2013 (Conclusão)

Caracterização		Deficiência									
		Alguma		Intelectual		Física		Auditiva		Visual	
		Total	%	Total	%	Total	%	Total	%	Total	%
<b>DF</b>		<b>19.726</b>	<b>100,0</b>	<b>8.373</b>	<b>100,0</b>	<b>6.812</b>	<b>100,0</b>	<b>3.405</b>	<b>100,0</b>	<b>2.621</b>	<b>100,0</b>
Escolaridade	Sem instrução	8.056	41,8	4.587	54,8	3.810	60,0	360	10,6	425	16,2
	Fundamental incompleto	2.706	14,0	425	5,1	901	14,2	406	11,9	975	37,2
	Fundamental completo	1.046	5,4	1.046	12,5	0	0,0	360	10,6	0	0,0
	Médio incompleto	953	4,9	953	11,4	0	0,0	0	0,0	0	0,0
	Médio completo	4.291	22,3	831	9,9	995	15,7	1.244	36,5	1.221	46,6
	Superior incompleto	645	3,3	0	0,0	645	10,2	0	0,0	0	0,0
	Superior completo	1.567	8,1	531	6,3	0	0,0	1.036	30,4	0	0,0

Fonte: IBGE, 2013  
Elaboração: DIPOS/Codeplan.

### 4.3. Registro Anual de Informações Sociais (RAIS) - SMT

Segundo os dados da RAIS apresentados na Tabela 4, a maioria das empresas instaladas no Distrito Federal não empregava pessoas com deficiência entre 2010 e 2018. Em 2018, no Distrito Federal, cerca de 4,3% do total de empresas (2.391 empresas) tinha pelo menos um deficiente empregado. Em 2010, esse percentual era de 3,5% do total de empresas, o que indica um aumento tímido do número de empresas que empregam pessoas com deficiência (PcD).

**Tabela 4** - Número de empresas que empregam ao menos um deficiente e que não empregam nenhum deficiente Distrito Federal, 2010-2018

Ano	Empresas com ao menos uma pessoa com deficiência		Empresas sem deficientes	
	Total	%	Total	%
2010	1.807	3,4	51.039	96,6
2011	1.940	3,5	53.943	96,5
2012	1.808	3,1	56.647	96,9
2013	1.944	3,2	58.353	96,8
2014	2.057	3,4	58.617	96,6
2015	2.127	3,6	57.731	96,4
2016	2.214	3,8	56.552	96,2
2017	2.232	3,9	55.774	96,1
2018	2.391	4,2	55.063	95,8

Fonte: MTE, 2010 a 2018  
Elaboração: DIPOS/Codeplan.

#### 4.3.1. Perfil das empresas que empregam pessoas com deficiência

No geral, o percentual de empregados com deficiência é muito pequeno em relação ao total de empregados no Brasil e no Distrito Federal. No Brasil, em 2010, apenas 1,7% do total de empregados tinha algum tipo de deficiência. Ao longo do período até 2018, houve um crescimento no número de empresas e do número total de empregados(as), por consequência. Com isso, o Brasil atingiu a marca de 2,4% de empregados com algum tipo de deficiência. No Distrito Federal, o crescimento foi menor. Em 2018, havia 16.319

empregados com deficiência no universo de 819.484 empregados no Distrito Federal, o que representava 2% do total. (Tabela 5).

**Tabela 5** - Número total de empregados e empregados com deficiência em empresas com ao menos um PCD empregado. Distrito Federal e Brasil - 2010 a 2018

Ano	Distrito Federal			Brasil		
	Pessoas com deficiência	Total de empregados	% de pessoas com deficiência	Pessoas com deficiência	Total de empregados	% de pessoas com deficiência
2010	11.725	696.890	1,7	306.013	15.325.685	2,0
2011	10.196	728.094	1,4	325.291	16.475.187	2,0
2012	9.995	719.052	1,4	330.296	17.361.800	1,9
2013	12.109	796.787	1,5	357.797	18.577.917	1,9
2014	12.019	854.812	1,4	381.322	19.112.553	2,0
2015	12.958	802.462	1,6	403.255	19.200.757	2,1
2016	14.758	855.891	1,7	418.521	18.809.256	2,2
2017	14.936	866.010	1,7	441.339	19.416.850	2,3
2018	16.319	819.484	2,0	486.756	20.160.905	2,4

Fonte: MTE, Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), 2010 a 2018  
Elaboração: DIPOS/Codeplan.

A Tabela 6 apresenta o número de trabalhadores com deficiência no emprego formal no Brasil e Distrito Federal, pelo porte das empresas conforme estabelecido no Art. 93 da Lei Federal nº 8.213/1991 (Quadro 1). O número de empresas de 1º porte que contratava pelo menos uma PcD no Distrito Federal aumentou de 275 em 2011 para 380 em 2018. O mesmo aumento do número de empregados com deficiência deu-se para as empresas de 2º e 4º portes (crescimento de 21,1% e 44%, respectivamente) no período entre 2011 e 2018. Já o número de empresas contratantes de 3º porte diminuiu, apresentando um decréscimo de 8%. Comparando com as informações nacionais, os dados mostram tendências semelhantes em relação à distribuição do número de empregos por porte.

**Tabela 6** - Número de empresas que empregam ao menos uma PcD por tamanho do estabelecimento. Distrito Federal e Brasil - 2011 a 2018

Ano	Distrito Federal					Brasil				
	Menos 100	1º Porte	2º Porte	3º Porte	4º Porte	Menos 100	1º Porte	2º Porte	3º Porte	4º Porte
2011	1.059	275	194	92	93	44.886	10.789	9.862	3.623	2.924
2012	898	304	206	92	88	47.664	11.800	10.436	3.805	3.027
2013	963	314	232	94	99	51.055	12.954	11.139	4.044	3.236
2014	1.027	350	222	89	109	52.492	13.827	11.448	4.091	3.309
2015	1.100	371	218	82	113	57.632	14.441	11.467	4.021	3.235
2016	1.290	383	206	81	128	60.041	14.599	11.163	3.855	3.123
2017	1.308	373	229	94	126	63.273	15.086	11.619	3.995	3.180
2018	1.435	380	235	84	134	71.684	16.172	12.263	4.149	3.273

Fonte: MTE, Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), 2010 a 2018  
Elaboração: DIPOS/Codeplan.

Nota: Portes das empresas de acordo com o quadro 1.

Observando especificamente as empresas que cumprem a cota de contratação de PcD, conforme previsto na Lei Federal nº 8.213/91, entre 2010 e 2018, o número de empresas que cumpriu a cota de contratação de pessoas com deficiência aumentou (Tabela 7). Entretanto o número de empresas que não cumprem ainda é bastante superior à quantidade de firmas que cumprem.



Em 2010, 374 empresas de primeiro porte (78,6%) não cumpriam a cota de pelo menos 2% dos empregados com deficiência no Distrito Federal. Essa quantidade aumentou até 2014 e, a partir do ano seguinte, teve início uma trajetória de queda, chegando a 283 empresas (54,4%) em 2018 (variação de -24,3%). O crescimento do número de empresas de primeiro porte que cumpriam a cota no período foi de 117,8%, passando de 21,4%, em 2010, para 46,6%, em 2018.

Ao avaliar as empresas de 2º a 4º porte, o cenário é semelhante: houve uma tendência geral de queda até 2013, e, a partir do ano seguinte, teve início uma tendência de aumento do cumprimento da cota de contratação de pessoas com deficiência, com destaque para as empresas de 4º porte.

Especificamente, entre as empresas de 2º porte, em 2018, 89 empresas cumpriram a cota de contratação de PcD, enquanto 201 empresas não cumpriram. Entre as empresas de 3º e 4º porte, 14 e 20 empresas, respectivamente, cumpriram a cota, enquanto 81 e 122, respectivamente não cumpriram. Os dados indicam os grupos com menores percentuais de atendimento à lei: são os das empresas de portes maiores. Observe-se que 90% das empresas de 4º porte não cumpriram as metas estabelecidas.

**Tabela 7** - Distribuição das empresas de acordo com o cumprimento da Lei nº 8.213/1991 de firmas com mais de cem empregados por porte. Distrito Federal, 2010-2018

Ano	1º Porte				2º Porte				3º Porte				4º Porte			
	Cumpriu		Não cumpriu		Cumpriu		Não cumpriu		Cumpriu		Não cumpriu		Cumpriu		Não cumpriu	
	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%
2010	102	21	374	79	40	15	235	86	8	6,4	117	94	4	3,1	124	97
2011	124	23	424	77	34	12	248	88	11	9,1	110	91	4	3	131	97
2012	134	22	466	78	40	13	275	87	9	7,3	115	93	2	1,6	125	98
2013	154	26	450	75	46	14	282	86	10	8,2	112	92	2	1,4	140	99
2014	190	31	418	69	61	20	243	80	10	8,7	105	91	4	2,7	143	97
2015	206	35	379	65	71	24	220	76	13	12	94	88	4	2,8	140	97
2016	241	45	294	55	83	31	187	69	16	17	76	83	10	7,1	131	93
2017	240	45	291	55	77	28	199	72	17	16	88	84	15	11	119	89
2018	247	47	283	53	89	31	201	69	14	15	81	85	20	14	122	86

Fonte: MTE, Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), 2010 a 2018  
Elaboração: DIPOS/Codeplan.

#### 4.3.2. Análise do perfil dos empregados com deficiência com trabalho formal

De acordo com os dados da RAIS, em 2010, a maioria das PcD com emprego formal possuía pelo menos o ensino médio (66%) e, em 2018, esse percentual era ainda maior (77%). Em 2010, cerca de 39,8% da população com deficiência com emprego formal tinha completado o ensino médio e, 26,2%, o ensino superior. Em termos proporcionais, cerca de 18,6% e 15% possuíam ensino fundamental completo e incompleto, respectivamente (Tabela 8).

Em 2018, o percentual de empregados formais com deficiência com ensino médio completo era cerca de 46% e de ensino superior alcançou a marca de 31%. Consequentemente, o percentual de PcD empregadas com ensino fundamental caiu para 13% e com fundamental incompleto caiu para 8,6%. O número de analfabetos teve um percentual muito pequeno dentro desta categoria: 0,3%.

Comparando com o contexto nacional, é possível verificar que, tanto no Distrito Federal como no Brasil, a proporção de empregados com deficiência que possuía ensino médio completo era predominante. No Brasil, em 2010, cerca de 43,3% dos empregados possuíam o ensino médio completo e, em 2018, esse percentual chegou a 52,9%. Os percentuais de empregados com ensino superior também cresceram: passaram de 12,1%, em 2010, para 17,4% de empregados com deficiência em 2018. Os dados da RAIS também indicam que os percentuais de empregados com deficiência que possuíam o fundamental completo e incompleto caíram de 21,3% e 21,9%, em 2010, para 13,5% e 15,4%, respectivamente, em 2018.

**Tabela 8** - Percentual de empregados com deficiência por nível de escolaridade. Distrito Federal e Brasil, 2010 a 2018 (%)

Ano	Distrito Federal				
	Analfabeto	Fundamental incompleto	Fundamental	Médio	Superior
2010	0,6	15,0	18,6	39,7	26,2
2011	0,3	16,3	20,9	42,1	20,4
2012	0,4	14,2	18,4	45,3	21,6
2013	0,4	11,2	15,0	42,5	30,9
2014	0,4	11,9	16,7	45,8	25,3
2015	0,4	10,6	15,7	47,3	25,9
2016	0,4	10,6	14,0	44,4	30,6
2017	0,3	9,7	14,0	46,4	29,5
2018	0,3	8,6	13,1	46,2	31,8
Brasil					
2010	1,0	21,3	21,9	43,7	12,1
2011	0,8	20,6	20,2	46,2	12,2
2012	0,8	19,9	19,6	46,6	13,1
2013	0,8	19,2	19,1	47,3	13,6
2014	0,8	18,2	18,4	47,6	15,0
2015	0,8	17,2	18,0	48,8	15,2
2016	0,79	16,2	17,3	49,5	16,2
2017	0,74	15,0	16,5	50,8	17,0
2018	0,71	14,0	15,8	51,5	18,0

Fonte: MTE, Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), 2010 a 2018  
Elaboração: DIPOS/Codeplan.

Observando a proporção de empregados por tipo de deficiência, os dados da RAIS indicam que, no Distrito Federal, em 2010, 58,7% dos empregados com deficiência tinham deficiência física. Em segundo lugar, aparecem as pessoas com deficiência auditiva (22,9%). Ao longo do período de análise, a proporção dos empregados formais com deficiência física foi diminuindo, chegando a 42,9% em 2018. Já as pessoas com deficiência visual que, em 2010, representavam apenas 8% dos trabalhadores com deficiência, em 2018 chegaram ao patamar de cerca de 21,6% do total de deficientes. Outras categorias também tiveram aumentos percentuais; são os casos dos empregados com deficiência mental (3,9% para 5,7%), deficiência auditiva (que teve um leve aumento chegando a 24,2% em 2018). No contexto nacional, a participação de pessoas com deficiência visual também aumentou: de 5,8%, em 2010, para 15,3%, em 2018. A proporção de pessoas com deficiência física também caiu no país: de 54,5% para 47,3% nesse período de análise; o número de empregados com deficiência auditiva também diminuiu de 22,5% para 18,1% (Tabela 9).



**Tabela 9** - Percentual de empregados com deficiência por tipo de deficiência, Distrito Federal e Brasil, 2010 a 2018 (%)

Distrito Federal						
Ano	Física	Auditiva	Visual	Mental	Múltipla	Reabilitado
2010	58,7	22,9	8,2	3,9	1,4	4,9
2011	53,3	23,3	11,3	5,0	1,6	5,5
2012	52,7	21,3	12,4	6,2	1,7	5,7
2013	51,0	21,8	14,3	5,5	1,6	5,8
2014	44,8	24,8	16,4	7,0	1,7	5,2
2015	44,3	24,5	17,2	6,4	2,4	5,2
2016	46,8	23,7	17,9	5,6	1,6	4,4
2017	43,8	24,3	20,6	6,0	1,6	3,8
2018	42,9	24,2	21,6	5,7	1,4	4,0
Brasil						
2010	54,5	22,5	5,8	5,1	1,3	10,9
2011	53,5	22,6	6,7	5,8	1,3	10,0
2012	51,6	22,5	7,9	6,4	1,4	10,1
2013	50,7	21,8	9,4	7,1	1,5	9,5
2014	50,5	20,5	10,4	7,6	1,8	9,2
2015	49,8	19,7	11,6	8,0	2,0	8,9
2016	48,8	19,2	12,8	8,2	1,7	9,2
2017	48,2	18,8	14,1	8,3	1,7	8,8
2018	47,3	18,1	15,3	8,9	1,9	8,6

Fonte: MTE, Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), 2010 a 2018  
Elaboração: DIPOS/Codeplan.

A Tabela 10 mostra que, em 2010, a maioria dos empregados com deficiência era do sexo masculino (60,8%) com tendência de redução desde então. A participação das mulheres por sua vez cresceu e passou de 39,2%, em 2010, para 43,8%, em 2018, sem que sua representatividade tenha alcançado o mesmo patamar dos homens até o último registro. O percentual de mulheres com deficiência no mercado de trabalho foi menor no Brasil em comparação com o Distrito Federal (em 2018, 36,8% das trabalhadoras com deficiência eram mulheres em todo o país). Em 2010, cerca de 65,42% dos empregados brasileiros com deficiência eram do sexo masculino e, em 2018, o percentual caiu para 63,9%.

**Tabela 10** - Percentual de homens e mulheres com deficiência - Distrito Federal e Brasil, 2010 a 2018 (%)

Ano	Distrito Federal		Brasil	
	Homem	Mulher	Homem	Mulher
2010	60,8	39,2	65,4	34,6
2011	59,8	40,2	65,7	34,3
2012	59,9	40,1	65,0	35,0
2013	59,3	40,7	64,8	35,2
2014	57,4	42,6	64,4	35,5
2015	57,0	43,0	64,2	35,8
2016	56,9	43,1	64,1	35,9
2017	56,1	43,9	63,9	36,1
2018	56,2	43,8	63,9	36,1

Fonte: MTE, Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), 2010 a 2018  
Elaboração: DIPOS/Codeplan.

Por fim, a Tabela 11 apresenta informações sobre o percentual de empregados com deficiência, negros e não negros. Os dados mostram que, em 2010, o percentual de não negros tinha uma predominância leve, com 51,4% da proporção de empregados, enquanto 48,6% eram empregados negros. Entre 2010 e 2018, o percentual de empregados negros aumentou substancialmente, atingindo a proporção de 63,9% em 2018, e o percentual de não negros diminuiu, chegando em 2018 a 36,1% entre os empregados com deficiência. Em comparação com Brasil, também houve queda da proporção de empregados não negros, já que 2010 eram 62,9% de não negros e, em 2018, foi de 55,1%. Vale salientar que, no Distrito Federal, essa queda foi mais acentuada.

**Tabela 11** - Percentual de empregados com deficiência negros e não negros - Distrito Federal e Brasil, 2010 a 2018 (%)

Ano	Distrito Federal		Brasil	
	Não Negro	Negro	Não Negro	Negro
2010	51,4	48,6	62,9	37,1
2011	47,0	53,0	61,3	38,7
2012	46,9	53,1	60,7	39,3
2013	49,8	50,2	59,6	40,4
2014	40,3	59,7	58,3	41,7
2015	41,6	58,4	57,3	42,6
2016	37,9	62,1	56,4	43,6
2017	37,6	62,4	55,8	44,2
2018	36,1	63,9	55,1	44,9

Fonte: MTE, Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), 2010 a 2018  
Elaboração: DIPOS/Codeplan.

#### 4.4. Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED)

##### 4.4.1. Dieese e Codeplan

Conforme a Pesquisa de Emprego e Desemprego, em 2018, o Distrito Federal possuía 44.995 pessoas com 14 anos ou mais com deficiência, o equivalente a 1,5% dos 2.970.379 da população total (Tabela 12). Desse total, 47,1% estão concentrados nas Regiões Administrativas do grupo de renda média-baixa. A população que morava no grupo de RAs de renda média-alta teve participação de 26,0%, a do grupo de RAs de baixa renda, de 14,5%, e a de RAs alta renda, de 12,4%.

Conforme detalhado pela Tabela 12, os homens eram maioria entre as pessoas com deficiência, representando 55,3% e 64,24%, respectivamente, da população total. Entre os empregados, a maior ocorrência de pessoas com deficiência foi observada nas idades de 50 a 59 anos, com 16,53% do total, seguida das faixas de 30 a 39 e 40 a 49 anos com 13,67% e 13,18%, respectivamente. Mais de dois terços das PcD empregadas (61,7%) tinham baixa escolaridade (até o fundamental incompleto), enquanto entre as pessoas sem deficiência, esse percentual era de 35,4%. A proporção com níveis mais altos de escolaridade (superior completo, pós-graduação) era de 8,4% de PcD e de 22,0% de pessoas sem deficiência.

**Tabela 12** - Caracterização dos entrevistados/as segundo classificação como PcD, na Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED). Distrito Federal, 2018

		Sim		Não		NS/NR		Total	
		Total	%	Total	%	Total	%	Total	%
	<b>DF</b>	<b>44.995</b>	<b>100,0</b>	<b>2.925.307</b>	<b>100,0</b>	<b>77</b>	<b>100,0</b>	<b>2.970.379</b>	<b>100,0</b>
<b>Grupos da PED</b>	Alta Renda	5.580	12,4	407.365	13,9	-	-	412.945	13,9
	Média-Alta Renda	11.711	26,0	942.331	32,2	-	-	954.042	32,1
	Média-Baixa Renda	21.187	47,1	1.242.854	42,5	-	-	1.264.041	42,6
	Baixa Renda	6.518	14,5	332.756	11,4	77	100,0	339.351	11,4
<b>Sexo</b>	Masculino	24.901	55,3	1.359.382	46,5	26	33,3	1.384.308	46,6
	Feminino	20.095	44,7	1.565.925	53,5	51	66,7	1.586.071	53,4
<b>Faixa etária</b>	Zero a 13	4.547	10,11	564.673	19,3	-	-	569.219	19,2
	14 a 19	3.077	6,84	266.964	9,1	51	66,7	270.092	9,1
	20 a 29	5.683	12,63	485.959	16,6	26	33,3	491.668	16,6
	30 a 39	6.153	13,67	483.957	16,5	-	-	490.110	16,5
	40 a 49	5.932	13,18	413.848	14,1	-	-	419.780	14,1
	50 a 59	7.437	16,53	332.482	11,4	-	-	339.919	11,4
	60 a 69	5.191	11,54	224.774	7,7	-	-	229.965	7,7
	70 a 79	3.789	8,42	105.209	3,6	-	-	108.998	3,7
	80 anos e mais	3.187	7,08	47.442	1,6	-	-	50.628	1,7
<b>Raça/ cor</b>	Negra	28.897	64,2	1.948.949	66,6	-	-	1.977.846	66,6
	Não negra	15.965	35,5	969.248	33,1	77	100,0	985.291	33,2
	NS	133	3	7.109	0,2	-	-	7.242	0,2
<b>Nível de instrução</b>	Não classificado	-	-	2.589	0,09	77	100,0	2.666	0,1
	Analfabeto	14.326	31,8	326.335	11,16	-	-	340.662	11,5
	Alfabetizado s/ escolaridade	883	2,0	16.728	0,57	-	-	17.611	0,6
	Ensino Fundamental Incompleto	12.574	27,9	693.105	23,69	-	-	705.679	23,8
	Ensino Fundamental Completo	3.686	8,2	195.528	6,68	-	-	199.214	6,7
	Ensino Médio Incompleto	1.675	3,7	158.828	5,43	-	-	160.503	5,4
	Ensino Médio Completo	7.193	16,0	703.030	24,03	-	-	710.222	23,9
	Ensino Superior Incompleto	863	1,9	184.700	6,31	-	-	185.563	6,2
	Ensino Superior Completo	2.479	5,5	460.905	15,76	-	-	463.384	15,6
	Pós-graduação	1.317	2,9	183.557	6,27	-	-	184.874	6,2
<b>Beneficiário/a de programa governamental</b>	Sim	3.912	8,7	66.855	2,3	-	-	70.767	2,4
	Não	10.173	22,6	920.926	31,5	-	-	931.099	31,3
	Não se aplica	30.910	68,7	1.937.526	66,2	77	100,0	1.968.514	66,3
<b>Trabalha atualmente?</b>	Sim	4.890	10,9	1.279.646	43,7	-	-	1.284.537	43,2
	Não sabem	40.105	89,1	1.645.660	56,3	77	100,0	1.685.842	56,8

Fonte: Dieese/Codeplan, Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED), 2018

Elaboração: DIPOS/Codeplan.

Nota: Na edição de PED (2018), estavam representadas 31 Regiões Administrativas, distribuídas em grupos por faixa média de renda.

Analisando o grupo de pessoas com deficiência que trabalham, os dados apresentados na Tabela 13 apontam que a maioria (59,2%) dos postos de trabalho era ocupada por homens e que residia em uma das Regiões Administrativas de média-baixa renda (47,2%); 20,1% dos empregados/as residiam nas RAs de média-alta renda, 19,4% nas de alta renda, 13,3% nas Regiões Administrativas de baixa renda.

No Distrito Federal, em 2018, 70,3% das pessoas com deficiência que trabalhavam estavam entre as idades de 30 a 59 anos, 16,6% com idade entre 20 e 29 anos, os idosos (60 anos ou mais) com 11,1% e, entre 14 e 19 anos, 2,0%. A autodeclaração de raça/cor indica que 54,7% das PcD declararam-se negras e 40,8%, não negras. Os dados da PED mostram que as pessoas com deficiência eram 27,8% analfabetas ou possuíam ensino fundamental incompleto. O percentual é o dobro se comparado às pessoas sem deficiências (13,9%). Na faixa de pessoas com alta escolaridade (superior completo e pós-graduação), as proporções foram de 35,4% para as pessoas não deficientes e 32,3% para as PcD (Tabela 13).

A partir dos dados da PED, também foi investigado se algum morador do domicílio era beneficiário de algum programa governamental. Entre as pessoas com deficiência, 3,3% eram, enquanto esse percentual foi de 1,9% entre as pessoas sem deficiência naquele ano.

**Tabela 13** - Caracterização dos entrevistados que trabalham, segundo classificação como pessoa com deficiência (PcD), na Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED). Distrito Federal, 2018 (Continua)

		Sim		Não		Total	
		Total	%	Total	%	Total	%
	<b>DF</b>	<b>4.890</b>	<b>100,0</b>	<b>1.279.646</b>	<b>100,0</b>	<b>1.284.537</b>	<b>100,0</b>
<b>Grupos da PED</b>	Alta Renda	950	19,4	195.646	15,3	196.596	15,3
	Média-Alta Renda	984	20,1	423.026	33,1	424.010	33,0
	Média-Baixa Renda	2308	47,2	521.036	40,7	523.345	40,7
	Baixa Renda	648	13,3	139.938	10,9	140.586	10,9
<b>Sexo</b>	Masculino	2.896	59,2	665.348	52,0	668.243	52,0
	Feminino	1.994	40,8	614.299	48,0	616.293	48,0
<b>Faixa etária</b>	Zero a 13 anos	-	-	-	-	-	-
	14 a 19 anos	96	2,0	36.549	2,9	36.645	2,9
	20 a 29 anos	813	16,6	284.863	22,3	285.676	22,2
	30 a 39 anos	1.076	22,0	365.423	28,6	366.499	28,5
	40 a 49 anos	900	18,4	312.545	24,4	313.445	24,4
	50 a 59 anos	1.464	29,9	204.100	15,9	205.564	16,0
	60 a 69 anos	497	10,2	66.832	5,2	67.330	5,2
	70 a 79 anos	-	-	8.637	0,7	8.637	0,7
80 anos e mais	45	0,9	697	0,1	742	0,1	
<b>Raça/ cor</b>	Negra	2.675	54,7	848.642	66,32	851.317	66,27
	Não negra	2.158	44,13	427.538	33,41	429.696	33,45
	NS	57	1,17	3.467	0,27	3.524	0,27
<b>Nível de instrução</b>	Não classificado	-	-	-	-	-	-
	Analfabeto	383	7,83	13.566	1,06	13.949	1,09
	Alfabetizado s/ escolaridade		0,0	1.985	0,16	1.985	0,15
	Ensino Fundamental Incompleto	978	20,0	160.662	12,56	161.641	12,58
	Ensino Fundamental completo	266	5,44	86.595	6,77	86.862	6,76

**Tabela 13** - Caracterização dos entrevistados que trabalham, segundo classificação como pessoa com deficiência (PcD), na Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED). Distrito Federal, 2018 (Conclusão)

		Sim		Não		Total	
		Total	%	Total	%	Total	%
	DF	4.890	100,0	1.279.646	100,0	1.284.537	100,0
<b>Nível de instrução</b>	Ensino Médio Incompleto	105	2,15	56.055	4,38	56.161	4,37
	Ensino Médio Completo	1385	28,32	415.314	32,46	416.699	32,44
	Ensino Superior Incompleto	191	20,11	91.719	7,17	91.910	7,16
	Ensino Superior Completo	709	14,5	312.423	24,41	313.132	24,38
	Pós-graduação	872	17,83	141.326	11,04	142.198	11,07
<b>Algum morador do domicílio recebeu benefício social</b>	Sim	159	3,25	24.641	1,93	24.800	1,93
	Não	1.961	40,1	551.944	43,13	553.905	43,12
	Não se aplica	2.770	56,65	703.061	54,94	705.831	54,95

Fonte: Dieese/Codeplan, Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED), 2018

Elaboração: DIPOS/Codeplan.

Nota: Na edição de PED de 2018 estavam representadas 31 Regiões Administrativas, formando os grupos de renda da Pesquisa de Emprego e Desemprego.

A Tabela 14 mostra a situação ocupacional e a posição dos empregados com deficiência em 2018. Segundo os dados da PED, 46,2% das pessoas com deficiência tinham contrato de trabalho por tempo indeterminado e menos de 1% tinha contratos temporários de até 90 dias. A PED identifica como trabalho principal aquele em que a pessoa trabalha por mais horas, tem o maior rendimento ou trabalha há mais tempo. Entre as PcD, 38% tinham como trabalho principal um contrato formal com carteira assinada no setor privado. Essa participação é menor do que a das pessoas sem deficiência (41,2%). No setor público, essas proporções se invertem e é maior para as PcD (28,5%) do que entre as pessoas sem deficiência (22,4%).

Ainda na Tabela 14, os dados mostram que 10% dos ocupados com deficiência trabalhavam em empresas ou negócios que possuíam Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) ou Microempreendedor Individual (MEI). Essa proporção para as pessoas sem deficiência foi de 9,3%. Quanto ao regime de trabalho remoto, para as pessoas sem deficiência foi observado um percentual irrisório (0,04%).

**Tabela 14** - Características do emprego/ trabalho segundo a classificação como pessoa com deficiência (PcD), na Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED). Distrito Federal, 2018 (Continua)

		Sim		Não		Total	
		Total	%	Total	%	Total	%
	DF	4.890	100,0	1.279.646	100,0	1.284.537	100,0
<b>Trabalha atualmente?</b>	Sim	4.890	100,0	1.279.646	100,0	1.284.537	100,0
<b>O seu contrato de trabalho é:</b>	Por tempo indeterminado	2.257	46,2	567.939	44,4	570.196	44,4
	Por tempo determinado	-	-	7.135	0,6	7.135	0,6
	Temporário (até 90 dias)	46	0,9	203	0,0	249	0,0%
	Temporário (até 180 dias)	-	-	-	-	-	-
	Não sabe	-	-	-	-	-	-
	Não se aplica	2.588	52,9	704.370	55,0	706.957	55,0

**Tabela 14** - Características do emprego/ trabalho segundo a classificação como pessoa com deficiência (PcD), na Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED). Distrito Federal, 2018  
(Continua)

		Sim		Não		Total	
		Total	%	Total	%	Total	%
	<b>DF</b>	<b>4.890</b>	<b>100,0</b>	<b>1.279.646</b>	<b>100,0</b>	<b>1.284.537</b>	<b>100,0</b>
<b>Situação ocupacional</b>	Indefinido	-	-	-	-	-	-
	Desemprego Oculto pelo Trabalho	-	-	-	-	-	-
	Precário	-	-	-	-	-	-
	Desemprego Aberto	-	-	-	-	-	-
	Desemprego Oculto pelo Desalento	4.890	100,0	1.279.646	100,0	1.284.537	100,0
	Ocupado	-	-	-	-	-	-
	Inativo com Trabalho Excepcional	-	-	-	-	-	-
	Inativo Puro	-	-	-	-	-	-
	Não se aplica (menor de 14 anos)						
<b>Posição na ocupação dos ocupados no trabalho principal</b>	Não ocupado	-	-	-	-	-	-
	Ass. Priv. Com Cart.	1.859	38,0	527.697	41,2	529.556	41,2
	Ass. Priv. Sem Cart.	200	4,1	101.344	7,9	101.543	7,9
	Ass. Púb	1.393	28,5	287.247	22,4	288.640	22,5
	Ass. Não Sabe	-	-	318	0,0	318	0,0
	Aut. Público	923	18,9	159.866	12,5	160.790	12,5
	Aut. Empresa	120	2,5	19.891	1,6	20.011	1,6
	Empregador	149	3,0	54.809	4,3	54.958	4,3
	Domést. Mens.	23	0,5	52.437	4,1	52.460	4,1
	Domést. Diar.	120	2,5	27.774	2,2	27.894	2,2
	Trab. Familiar	-	-	152	0,0	152	0,0
	Dono Neg. Familiar	-	-	18.301	1,4	18.301	1,4
Outros	102	2,1	29.811	2,3	29.913	2,3	
<b>A sua empresa ou negócio tem CNPJ ou você está cadastrado como MEI?</b>	Sim	508	10,4	118.792	9,3	119.299	9,3
	Não	787	16,1	160.914	12,6	161.701	12,6
	Não sabe	-	-	1.383	0,1	1.383	0,1
	Não se aplica	3.595	73,5	998.558	78,0	1.002.153	78,0
<b>Você trabalha em regime de teletrabalho?</b>	Sim	-	-	513	0,0	513	0,0
	Não	-	-	2.838	0,2	2.838	0,2
	Não sabe	-	-	-	-	-	-
	Não se aplica	4.890	100,0	1.276.296	99,7	1.281.186	99,7

Fonte: Dieese/Codeplan, Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED), 2018

Elaboração: DIPOS/Codeplan.

Nota: Na edição de PED de 2018 estavam representadas 31 Regiões Administrativas, formando os grupos de renda da Pesquisa de Emprego e Desemprego.

#### 4.5. Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios (PDAD). Codeplan, 2018

Foram consideradas pessoas com deficiência aquelas que indicaram uma deficiência visual, auditiva, motora ou intelectual associada à grande dificuldade ou à impossibilidade de realizar determinadas atividades. Em 2018, a PDAD computou para o Distrito Federal

139.708 pessoas com deficiência. Em relação à população total (2.881.854), representava 4,8% (Tabela 15).

Em 2018, as Regiões Administrativas pertencentes aos grupos de renda baixa e média-baixa foram as que apresentaram a maior proporção de pessoas com deficiência no total de suas populações, com percentuais de 5,5% e 5,3% respectivamente. O grupo de RA de renda média-alta tinha 4,7% do seu contingente populacional com alguma deficiência, e o grupo de Região Administrativa de renda alta foi o que apresentou o menor percentual (3,2%) proporcionalmente à sua população total (384.913).

Entre os tipos de deficiência, observa-se que, em todos os grupos de renda, a deficiência visual foi a mais presente com 2,7%, seguida da motora, 1,5%. Contudo há diferença quanto à proporção de cada grupo. O grupo de renda baixa 3,5% para a deficiência visual e 1,5% para a motora; renda média-baixa, 3,1% e 1,6%; renda média-alta, 2,5% e 1,5%; renda alta, 1,5% e 1,0%.

**Tabela 15** - Caracterização dos entrevistados segundo classificação como pessoas com deficiência (PcD), na Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios (PDAD). Distrito Federal, 2018

Caracterização		População	Deficiência									
			Alguma		Visual		Motora		Auditiva		Intelectual	
			Total	%	Total	%	Total	%	Total	%	Total	%
DF		2.881.854	139.708	4,8%	78.854	2,7%	42.634	1,5%	24.979	0,9%	21.638	0,8%
Grupo PED	Grupo 1 - Renda alta	384.913	12.397	3,2%	5.864	1,5%	4.013	1,0%	2.673	0,7%	2.544	0,7%
	Grupo 2 - Renda média-alta	916.651	43.107	4,7%	23.282	2,5%	13.988	1,5%	7.927	0,9%	7.045	0,8%
	Grupo 3 - Renda média-baixa	1.269.601	67.131	5,3%	38.950	3,1%	19.834	1,6%	11.594	0,9%	9.336	0,7%
	Grupo 4 - Renda baixa	310.689	17.073	5,5%	10.759	3,5%	4.799	1,5%	2.784	0,9%	2.713	0,9%

Fonte: Codeplan, Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios (PDAD), 2018  
Elaboração: DIPOS/Codeplan.

Os resultados da PDAD 2018 mostram que as mulheres eram maioria (56,7%) do total de pessoas com deficiências. A estrutura etária de PcD estava distribuída da seguinte forma: maior participação proporcional do grupo de 30 a 59 anos (44,8%), na sequência, os idosos (60 anos ou mais) (32,2%) e o grupo de 13 a 29 anos (16,8%). Com a menor participação ficou com o grupo de zero a 12 anos com 6,2%.

Quanto à raça e cor declaradas pelas pessoas com deficiência, a maioria (57,7%) declarou-se de cor negra (pretos e pardos). O estado civil das pessoas com deficiências com idade acima de 14 anos foi declarado como solteiro para 37,2% e, na sequência, casado e viúvo para 33,0% e 11,0% respectivamente. Em relação à escolaridade, os resultados da PDAD apontam que do total das PcD acima de 25 anos, 34,4% tinham baixa escolaridade (até o ensino fundamental incompleto), 21,5% tinham o ensino médio completo e, 14,6%, curso superior completo (Tabela 16).



**Tabela 16** - Caracterização das pessoas com deficiência (PCD), na PDAD. Distrito Federal, 2018

Caracterização		PCD	
		Total	%
DF		139.708	
Sexo	Feminino	79.177	56,7%
	Masculino	60.530	43,3%
Faixa etária	Zero a 12	8.645	6,2%
	13 a 29	23.521	16,8%
	30 a 59	62.554	44,8%
	60 e mais	44.987	32,2%
Raça/ cor	Negro	80.667	57,7%
	Não negro	59.040	42,3%
Estado civil	Casado	46.085	33,0%
	Desquitado	2.429	1,7%
	Divorciado	9.167	6,6%
	Solteiro	52.028	37,2%
	União Estável	4.931	3,5%
	Viúvo	15.298	11,0%
	Menor de 14 anos	9.768	7,0%
	Não sabe	2	0,0%
Escolaridade	Analfabeto	11.272	8,1%
	Alfabetização de jovens e adultos	1.391	1,0%
	Fundamental incompleto	35.279	25,3%
	Fundamental completo	10.762	7,7%
	Médio completo	30.049	21,5%
	Superior completo	20.411	14,6%
	Sem escolaridade	2.192	1,6%
	Não declarado	3.571	2,6%
	Menor de 25 anos	24.780	17,7%

Fonte: Codeplan, Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios (PDAD), 2018  
Elaboração: DIPOS/Codeplan.

Segundo a característica de ocupação (Tabela 17), em 2018, 62,1% das PcD não trabalhavam (em números absolutos 86.735 pessoas). As PcD que trabalhavam somavam 30,9%, o equivalente a 43.205 pessoas, com uma renda média de R\$ 3.036,82. Entre os ocupados, 63,2 % estavam na categoria empregado (exceto empregada doméstica), 25,1% trabalhavam por conta própria e 6,0% eram empregados domésticos. O tempo de deslocamento até o trabalho era de 15 a 30 minutos para 51,8% das PcD, 32,3% usavam de 30 minutos a uma hora do seu tempo, 9,4% de uma a duas horas e aqueles que precisavam mais de duas horas era 1,1%.



**Tabela 17** - Caracterização das pessoas com deficiência (PCD), na PDAD, segundo característica de ocupação e tempo de deslocamento até o trabalho. Distrito Federal, 2018. Distrito Federal, 2018

Caracterização		PCD	
		Total	%
DF		139.708	
Ocupação	Trabalham	43.205	30,9%
	Não trabalham	86.735	62,1%
	Não se aplica	9.768	7,0%
Somente para quem trabalha			
Posição na ocupação	Conta própria ou autônomo	10.866	25,1%
	Empregado (exceto empregado doméstico)	27.304	63,2%
	Empregado doméstico	2.603	6,0%
	Outros	2.162	5,0%
	Não responderam	270	0,6%
Tempo de deslocamento até o trabalho	Até 15 minutos	12.804	29,6%
	Entre 15 e 30 minutos	9.586	22,2%
	Entre 30 minutos e 45 minutos	7.411	17,2%
	Entre 45 minutos e uma hora	6.520	15,1%
	Entre uma hora e uma hora e meia	2.757	6,4%
	Entre uma hora e meia e uma hora e 45 minutos	724	1,7%
	Entre uma hora e 45 minutos e duas horas	554	1,3%
	Mais de duas horas	482	1,1%
	Não responderam	2.367	5,5%
Renda do trabalho principal (média em R\$)		R\$ 3.036,82	

Fonte: Codeplan, Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios (PDAD), 2018  
Elaboração: DIPOS/Codeplan.

#### 4.6. Fatores associados às pessoas empregadas/desempregadas

Para a estimação econométrica, foi utilizado o modelo *probit*, descrito na seção da metodologia, utilizando dados da PDAD no ano de 2018. O objetivo dessa estimativa foi o de avaliar as chances de uma pessoa com deficiência estar inserida no mercado de trabalho no Distrito Federal. Antes de apresentar os resultados, são apresentadas as estatísticas descritivas, com as informações de mínimos, média e máximos de todas as variáveis utilizadas no modelo.

Na Tabela 18, é possível verificar que, em média, 1,6% da população economicamente ativa (PEA) entrevistada no Distrito Federal declarou ter algum tipo de deficiência. Entre esses, 40,8% estavam empregados na semana de referência e tinham, em média, 40 anos de idade e renda domiciliar *per capita* de R\$ 2.247,5 reais. Do total da amostra, cerca de 57,8% das PcD são de cor negra, 46,4%, do sexo masculino, 38,2% são chefes de família e 2% são analfabetas. Em relação ao domicílio, cerca de 4,4% das famílias declararam não possuir acesso à rede de esgoto e coleta de lixo na rua. Grande parte das famílias (32,8%) vive em Regiões Administrativas de renda baixa e média-alta, segundo os grupos de renda da Pesquisa de Emprego e Desemprego.

**Tabela 18** - Estatísticas descritivas das variáveis utilizadas no modelo *probit* - Distrito Federal, 2018

Variável	Mínimo	Média	Máximo
Ocupado no mercado de trabalho	0%	40,8%	100%
Pessoas com deficiência	0%	1,6%	100%
Idade	14	40,3	104
Pessoas negras	0%	57,8%	100%
Pessoas do sexo masculino	0%	46,4%	100%
Chefes de família	0%	38,2%	100%
Pessoas analfabetas	0%	2,0%	100%
Domicílios sem acesso a saneamento básico	0%	4,4%	100%
Renda Domiciliar <i>Per Capita</i>	0	2247,5	215.000
Pessoas em regiões de renda alta	0%	12,8%	100%
Pessoas em regiões de renda média-alta	0%	32,8%	100%
Pessoas em regiões de renda média-baixa	0%	21,6%	100%
Pessoas em regiões de renda baixa	0%	32,8%	100%

Fonte: Codeplan, Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios (PDAD), 2018  
Elaboração: DIPOS/Codeplan.

De acordo com as estimativas da Tabela 19, pessoas com deficiência têm menor probabilidade de conseguir emprego em comparação com uma pessoa sem deficiência. Pela razão de chances, pessoas com deficiência possuem 33% a menos de chances de conseguir um emprego no Distrito Federal. Esse resultado está de acordo com o que apresentam Thomasi *et al.* (2018), que vão mais além e mostram que, entre as pessoas com deficiência, os deficientes visuais e auditivos são os que têm maiores dificuldades de inserção no mercado de trabalho formal.

As demais variáveis utilizadas como controles também foram significantes e condizentes com a literatura. Pessoas de cor negra, analfabetas e sem acesso à rede de esgoto e coleta de lixo possuem menor chance de estar em um emprego, enquanto pessoas do sexo masculino, com maior renda *per capita* e que vivem em RA de alta renda possuem maior probabilidade de estar empregadas. Maia e Garcia (2019) afirmam que os indivíduos com menor escolaridade podem ter menor salário por trabalharem em ocupações pouco qualificadas.

**Tabela 19** - Resultados das variáveis obtidas a partir da regressão *probit* - Distrito Federal, 2018

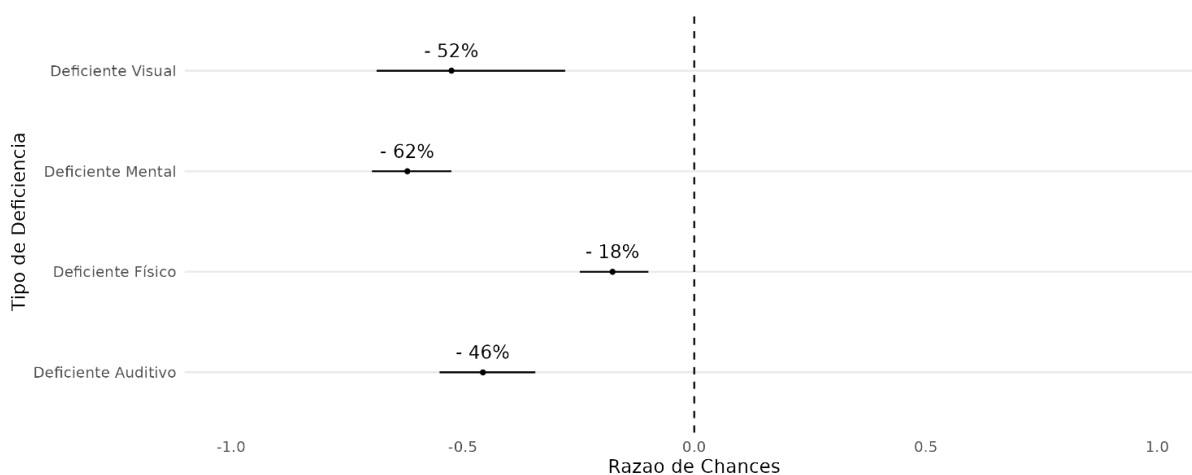
Variável	Coefficiente	Erro Padrão	P-valor	Razão de Chances	Intervalo de Confiança	
Intercepto	-0,6162***	0,0579	0,000	0,5400	0,4803	0,671
Deficiente	-0,3998***	0,0373	0,000	0,6705	0,6217	0,7231
Idade	-0,005	0,006	0,3587	0,9995	0,9983	1,006
Negro	-0,0550**	0,0216	0,0149	0,9465	0,961	0,9887
Homem	0,2721***	0,0170	0,000	1,3127	1,2682	1,3587
Chefe da família	0,4580***	0,0219	0,000	1,5809	1,5122	1,6526
Analfabeto	-0,6435***	0,0756	0,000	0,5255	0,4509	0,6124
Sem acesso à rede de esgoto e coleta de lixo	-0,188**	0,0474	0,0273	0,8969	0,8148	0,9873
Renda Domiciliar <i>per capita</i>	0,000***	0,000	0,005	1,000	1,000	1,001
Região Média-alta	0,167**	0,0402	0,0116	1,1126	1,0256	1,269
Região Média-baixa	0,0177	0,0496	0,7231	1,0179	0,9206	1,1254
Região Baixa	-0,0277	0,0539	0,6101	0,9727	0,8722	1,0848

Fonte: Codeplan, Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios (PDAD), 2018  
Elaboração: DIPOS/Codeplan.

Nota: \*\*\* probabilidade menor que 1% \*\* probabilidade menor que 5% \* probabilidade menor que 10%.

No Gráfico 1, é apresentado o resultado das mesmas estimativas da Tabela 19, incluindo as mesmas variáveis, mas estimando por cada tipo de deficiência.<sup>7</sup> Como mostram Thomasi *et al.* (2018), pessoas com alguns tipos de deficiências enfrentam problemas maiores para se inserir no mercado de trabalho formal. No gráfico, a razão de chances foi normalizada para zero quando não há diferença de chances entre cada categoria de deficientes e os trabalhadores formais. A reta representa o intervalo no qual podemos confiar que os valores de cada estimativa são verdadeiros. Como nenhuma das retas são tangentes do valor zero (linha tracejada), pode-se afirmar que cada tipo de deficiência possui razão de chances negativas e estatisticamente significativas. Por exemplo, o grupo de pessoas com deficiência mental é o que tem mais dificuldade de inserção no mercado de trabalho, tendo 62% a menos de chances de estar empregado, enquanto o de deficientes físicos é o que tem menores barreiras à inserção no trabalho, com 18% a menos de chances de estar empregado do que as pessoas sem deficiências.

**Gráfico 1** - Resultado da regressão *probit* por cada tipo de deficiência



Fonte: Codeplan, Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios (PDAD), 2018  
Elaboração: DIPOS/Codeplan.

<sup>7</sup> Coeficiente de variação indica validade do uso dessas variáveis nas regressões do modelo *probit*.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho descreveu o perfil das pessoas com deficiência utilizando os dados do Censo Demográfico do IBGE, RAIS, PDAD, PED e PNS, e essa abordagem vem sendo cada vez mais explorada pela literatura nacional e internacional buscando encontrar maiores evidências e abrir espaço para melhores políticas públicas (JONES, 2016, CASTRO *et al.*, 2019; MAIA e GARCIA, 2019).

A empregabilidade das pessoas com deficiência tem-se mostrado bastante desigual se comparada à das pessoas sem deficiência, mesmo com a implementação da Lei Federal nº 8.213/91 determinando que empresas com cem ou mais funcionários deveriam contratar um percentual de empregados com deficiência.

As fontes estatísticas utilizadas nesta nota técnica apontam para a mesma direção, ao evidenciarem aspectos das dificuldades enfrentadas por pessoas com deficiência na inserção no mercado de trabalho.

Os principais achados foram:

- Maior proporção de PcD do sexo feminino em bases censitárias e amostrais, voltadas para o levantamento da população de forma mais ampla (Ibge, 2010; PDAD, 2018) e maior proporção de homens nas bases de dados voltadas para temas específicos de emprego (RAIS, PED) e saúde (PNS).
- Há uniformidade na identificação das seguintes características sociodemográficas:
  - Maioria de cor raça negra;
  - Entre as PcD maior proporção de solteiros, seguidos dos casados;
  - O nível de educação das pessoas com deficiência tende a ser menor comparado ao das pessoas sem deficiência.
- Em relação à escolaridade, as PcD inseridas no mercado de trabalho, segundo a Pesquisa de Emprego e Desemprego, uma diferença de somente três pontos percentuais entre pessoas ocupadas com deficiência e pessoas sem deficiência com alta escolaridade, o que sugere a relevância da escolaridade na inclusão das pessoas no mercado de trabalho seja PcD, seja não pessoa com deficiência (PcD).
- Focalizando o mercado de trabalho tem-se:
  - A maioria (59,2%) dos postos de trabalho das PcD é ocupada pelos homens, uma diferença para mais de 18 pontos percentuais em comparação às mulheres (PED), mesmo após tendência de queda da desigualdade de gênero verificada ao longo do período;
  - Tanto no Distrito Federal como no Brasil, a proporção de empregados com deficiência que possuem ensino médio completo é predominante (RAIS);
  - Em 2018, cerca de 31% dos empregados formais com deficiência tinham ensino superior completo (RAIS);
  - A maior parte dos trabalhadores formais com deficiência morava em Regiões Administrativas classificadas como média-baixa renda (47,2%) (PED);

- Da posição na ocupação dos ocupados PcD no trabalho principal, 38,0% trabalhavam com carteira assinada no setor privado, participação menor em relação às pessoas sem deficiências que foi de 41,2% (PED);
- Quase metade dos ocupados (46,2%) com deficiências tinha contrato de trabalho por tempo indeterminado (PED);
- As PcD têm rendimentos menores em relação às não PcD (PED);
- Entre as pessoas com deficiência que trabalhavam, apenas 3,3% receberam algum dinheiro de programas de governo contra 1,9% das não deficientes (PED);
- Os dados da RAIS indicam que, no geral, o número absoluto de empresas no Brasil e no DF aumentou substancialmente, mas que grande parte dessas firmas não atinge as cotas de empregados PcD impostas pela Lei nº 8.213/91 (RAIS);
- O percentual de empregados com deficiência é muito pequeno em relação ao total de empregados nessas empresas (RAIS);
- Em 2018, no Distrito Federal, apenas 4,3% das (2.391) empresas tinham pelo menos um deficiente empregado, enquanto 55.063 empresas não tinham nenhum empregado com deficiência (RAIS). Ainda que o percentual de empresas cumpridoras da cota seja pequeno, a análise para o período de 2010 a 2018, observa-se uma trajetória de crescimento;
- Utilizando dados da PDAD 2018 e com a aplicação de um modelo de regressão probabilística, encontramos que pessoas com deficiência possuíam 33% menor de chances estar empregadas em 2018. Os resultados mostram também que pessoas com deficiência mental possuíam chance 62% menor de estarem empregadas (categoria de deficiência com maior dificuldade de inserção no mercado de trabalho), enquanto o deficiente físico tinha 18% a menos de chances de se inserir no mercado de trabalho.

Novos estudos são necessários para entender as barreiras quanto à inserção das pessoas com deficiência no mercado de trabalho. Para tanto, é importante que, no Distrito Federal, sejam desenvolvidos projetos que auxiliem as empresas a adotarem medidas de qualificação de pessoas com deficiência, de forma a ampliar acesso e programas de qualificação e acesso no mercado de trabalho para pessoas com deficiência (PcD).

Os dados apresentados indicam que grande parte das empresas do Distrito Federal não cumpre o artigo 93, da Lei de Cotas. Nesse cenário, é preciso pensar estratégias que compreendam quais são as barreiras que influenciam negativamente na contratação e permanência das pessoas com deficiência no mercado de trabalho.

Os baixos percentuais de empresas cumprindo a cota de contratação de pessoas com deficiências podem ser reflexos da falta de conhecimento e de preconceitos presentes na nossa cultura acerca das capacidades dessas pessoas, por exemplo. Mas pode ser também um indicativo de que é preciso fortalecer as ações de inclusão escolar das pessoas com deficiência ou investir em qualificações profissionais específicas para esse público, com as adaptações necessárias para uma formação de qualidade, compatível com as exigências do mercado.

O que se pode afirmar é que, com uma maioria de empresas não contratando pessoas com deficiência, não enfrentamos a exclusão do mercado de trabalho desse grupo e mantemos ambientes de trabalho menos diversos no Distrito Federal. Com isso, perdemos as empresas ao desperdiçarem parte do potencial da população economicamente ativa mas, sobretudo, perde toda a sociedade por não conviver com pessoas diferentes e por perder a oportunidade de se tornar mais inclusiva.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, Ana Cléssia Pereira Lima *et al.* “**LEI DE COTAS**” NO BRASIL: GARANTIA DE EMPREGO PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA? Associação Nacional dos Centros de Pós-Graduação em Economia (ANPEC). Disponível em: [https://www.anpec.org.br/encontro/2020/submissao/files\\_l/i13-d9bdf9a1abf910fc46a3121959d76948.pdf](https://www.anpec.org.br/encontro/2020/submissao/files_l/i13-d9bdf9a1abf910fc46a3121959d76948.pdf). Acesso em: 7 jul. 2021.

BRASIL. **DECRETO nº 129, de 22 de maio de 1991**. Promulga a Convenção nº 159, da Organização Internacional do Trabalho - OIT, sobre Reabilitação Profissional e Emprego de Pessoas Deficientes. Diário Oficial da União, Brasília (DF); 1991 maio 22; Seção I: 9783. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1990-1994/d0129.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/d0129.htm). Acesso em: 7 jul. 2021.

BRASIL. **LEI nº 7.853, de 24 de outubro de 1989**. Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - Corde, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 24 out. 1989. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l7853.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7853.htm). Acesso em: 7 jul. 2021.

BRASIL. **LEI nº 8.213, de 24 de julho de 1991**. Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 24 jul. 1991. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8213cons.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8213cons.htm). Acesso em: 7 jul. 2021.

BRASIL. **LEI nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993**. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 7 dez. 1993. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8742.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8742.htm). Acesso em: 7 jul. 2021.

CASTRO, Nicole Rennó; MOREIRA, Gustavo Carvalho; DA SILVA, Rodrigo Peixoto. **Wage structure differential and disability in Brazil—Underperformance or discrimination?** Economia, v. 20, n. 3, p. 211-228, 2019.

CODEPLAN. **Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios, PDAD- 2018**. Brasília, 2018. Disponível em: <http://www.codeplan.df.gov.br/codeplan-divulga-microdados-da-pdad-2018/>. Acesso em: 28 jun. 2021.

CORSEUIL, C. H. O. *et al.* **Criação, destruição e realocação de empregos no Brasil**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), 2006.

DIEESE. **Pesquisa de Emprego e Desemprego - PED**: microdados. Brasília, DIEESE, 2018.

DUTRA, Fabiana Caetano Martins Silva *et al.* **Oportunidades no mercado de trabalho: análise das vagas de emprego disponíveis para pessoas com deficiência**. Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional, v. 28, n. 1, p. 147-163, 2020.

IBGE. **Censo demográfico**: microdados. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

IBGE. **Pesquisa Nacional de Saúde - PNS**: microdados. Rio de Janeiro: IBGE, 2018.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD**: microdados. Rio de Janeiro: IBGE, 2018.

IPEA. SILVA, Enid Rocha Andrade.; PELIANO, Anna Maria Peliano; CHAVES, José Valente (Coord). **Agenda 2030: ODS - Metas nacionais dos objetivos de desenvolvimento sustentável**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). Brasília, 2018. Disponível em: [https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=33895&Itemid=433](https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=33895&Itemid=433). Acesso em: 21 ago. 2021.

JONES, Melanie. **Disability and labor market outcomes**. IZA World of Labor, 2016.

LECHNER, Michael; VAZQUEZ-ALVAREZ, Rosalia. **The effect of disability on labour market outcomes in Germany**: evidence from matching. Available at SSRN 487343, 2003.

LORENZO, Suelen Moraes; SILVA, Nilson Rogério. **Contratação de pessoas com deficiência nas empresas na perspectiva dos profissionais de recursos humanos**. Revista Brasileira de Educação Especial, v. 23, n. 3, p. 345-360, 2017.

MAIA, Alexandre Gori; GARCIA, Vinicius Gaspar. **Labor market impacts of employment quotas for the disabled in Brazil**. Economia Aplicada, v. 23, n. 2, p. 33-70, 2019.

MAIOR, Izabel. **Breve trajetória histórica do movimento das pessoas com deficiência**. São Paulo: Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2015.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. **Características do Emprego Formal segundo a Relação Anual de Informações Sociais - 2010**. Disponível em: [http://acesso.mte.gov.br/data/files/8A7C812D2E7318C8012FE039D8AA15D9/resultado\\_2010.pdf](http://acesso.mte.gov.br/data/files/8A7C812D2E7318C8012FE039D8AA15D9/resultado_2010.pdf). Acesso em: 5 mar. 2021.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. **Relação Anual de Informações Sociais: RAIS**. Brasília: MTE, 2010-2018.

NEGRI, J. A. D. *et al.* **Mercado formal de trabalho**: Comparação entre os microdados da RAIS e da PNAD. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), 2001.

OMS. **Relatório mundial sobre a de ciência**. Organização Mundial da Saúde. Banco Mundial. Tradução: Lexicus Serviços Linguísticos. - São Paulo: SEDPcD, 2012. v. 504, p. 505. Disponível em: [https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/44575/9788564047020\\_por.pdf](https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/44575/9788564047020_por.pdf). Acesso em: 23 ago. 2021.

SABOIA, J. L. TOLIPAN, R. M. **A relação anual de informações sociais (RAIS) e o mercado formal de trabalho no Brasil**: uma nota. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), 1985.

THOMASI, Karine *et al.* **Empregabilidade das pessoas com deficiência**: uma análise para o mercado de trabalho brasileiro a partir dos Censos 2000 e 2010. Ensaio FEE, v. 38, n. 4, p. 823-852, 2018.

VACARO, Jerri Estevan; PEDROSO, Fleming Salvador. **Desempenho dos segurados no serviço de reabilitação do Instituto Nacional de Seguridade Social**. Acta fisiátrica, v. 18, n. 4, p. 200-205, 2011.

**Companhia de Planejamento  
do Distrito Federal - Codeplan**

Setor de Administração Municipal  
SAM, Bloco H, Setores Complementares  
Ed. Sede Codeplan  
CEP: 70620-080 - Brasília-DF  
Fone: (0xx61) 3342-2222  
[www.codeplan.df.gov.br](http://www.codeplan.df.gov.br)  
[codeplan@codeplan.df.gov.br](mailto:codeplan@codeplan.df.gov.br)